Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 13

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA
Lula fala de "armas da democracia" contra negacionismo e cobra países ricos na COP 3

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma Tributária: se Senado reduzir CBS, governo terá de cortar gastos, diz relator 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Fazenda quer reforma "imediata" 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Receita anuncia medidas para facilitar transição da reforma 8

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PGR prevê concluir até dezembro casos ligados a inquérito das fake news 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Receita dá mais prazo para recolher CBS na Reforma Tributária 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
"Master e ueno usaram falência regulatória para se promover" 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
"Alguém vai ter que pagar a conta" se CBS for menor, diz Barreirinhas 16

O GLOBO - RJ - RIO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Refit: operação mira parentes de Ricardo Magro 17

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Presidente é aconselhado a indicar mulher ao STF 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Pacote fiscal projeta impacto para 2027 de até R$ 60 bilhões 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Saída de Andrei do comando da PF é dada como certa por aliados de Lula 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Presidente da ADPF nega divergências "ideológicas" 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Moraes reduz protagonismo, mas mantém casos de impacto 26

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Fachin e Gilmar Mendes pressionam Fux e Nunes Marques para destravar proposta que veta delegados em gabinetes do STF 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Setor de serviços perde fôlego e mantém atividade estável 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Medidas vão na direção certa, mas são insuficientes, dizem analistas 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Governo quer tirar da meta deste ano até R$ 10,5 bi em subsídios ao diesel 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Não há debate sobre mudança na política de metas, diz Galípolo 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Analistas veem inflação 0,3 ponto maior com fim da 6x1, diz BC 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Dívidas desafiam consumo das famílias em 2027 37

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Perspectiva de Fed mais restritivo fortalece dólar em âmbito global 39

Lula fala de "armas da democracia" contra negacionismo e cobra países ricos na COP

JÚLIA COPLE julia.copple@oglobo.com.br

Em discurso de abertura, na Turquia, presidente diz que "mobilização sem precedentes" no segundo turno mostrou que luta contra a mudança do clima "vai além dos salões diplomáticos" e é travada também no voto

Opresidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que, ao ir às urnas, o povo brasileiro empunhou as "armas da democracia" contra aqueles que negam as evidências da ciência e ameaçam a sobrevivência da maior floresta tropical, a Amazônia, da maior biodiversidade e da maior reserva de água doce do planeta. Em discurso na abertura da 31ª Conferência sobre Mudança do Clima (COP31) em Antália, na Turquia, ele cobrou compromisso de países ricos com a agenda ambiental. É o primeiro roteiro internacional do petista após a reeleição, com foco na agenda climática e na aproximação comercial e diplomática com a Ásia.

Lula ressaltou que uma "mobilização sem precedentes" na campanha de segundo turno mostrou que a luta contra a mudança do clima "vai além dos salões diplomáticos" e é também travada no voto. Ele citou o exemplo do pleito no Brasil e exortou os líderes internacionais a estarem "à altura" daqueles que se movimentam por um futuro "justo e sustentável".

- Não foi o triunfo de um partido político ou o triunfo de um candidato. Foi a escolha de um projeto de nação que tem a sustentabilidade como pilar. Dos indígenas que percorreram quilômetros para defender seus territórios. Dos idosos que saíram de suas casas para evitar retrocessos em conquistas e direitos. E dos jovens que se levantaram para garantir um amanhã digno para as novas gerações - disse. - O Brasil está de volta para defender a continuidade de um planeta saudável. Boa sorte.

Lula foi aplaudido quando disse que a realização da próxima COP na Etiópia, na África, representa uma "oportunidade histórica" para garantir recursos a uma parte do planeta hoje "estrangulada pelo endividamento".

- A crise climática é também uma crise de injustiça, de injustiça de classe, de gênero e raça. Injustiça entre os países. Não faz sentido abandonar o princípio de responsabilidades comuns. Os países ricos se desenvolveram às custas do planeta e devem cumprir seus compromissos -ressaltou.

FUTURAS GERAÇÕES

Lula foi apresentado como o presidente "que levou a COP para a floresta", em Belém (PA), no ano passado. O chefe de Estado brasileiro destacou que a cúpula na Turquia - terra em que se aproximam povos e culturas, segundo ele - "tem enorme significado simbólico" em um momento em que "divisões geopolíticas ressurgem em todo mundo". O presidente exaltou os frutos da COP no Brasil, mas cobrou que o tema da mudança do clima volte a ter "a atenção que merece".

-Há um ano, o planeta saiu da COP30 revigorado. O coração da Amazônia pulsou com a maior participação popular da história das conferências do clima. Mas, no percurso de B elém a Antália, esse ímpeto arrefeceu. No início deste ano, a mudança do clima desapareceu dos discursos e dos documentos das lideranças globais. Nas reuniões do G 7 e do G 20, fóruns que reúnem os maiores emissores mundiais de gases de efeito estufa, a preocupação se tornou silêncio. Passamos a falar mais de armas e tarifas do que de sobrevivência das futuras gerações -criticou.

Ao longo do discurso, Lula evitou mencionar o nome do presidente americano, Donald Trump, que no último ano iniciou um conflito bélico com o Irã e anunciou tarifaços contra produtos estrangeiros, incluindo os brasileiros.

Na Turquia, Lula disse que a transição energética passou a ser vista como "empecilhoà segurança eà prosperidade" das nações.

Ele reconheceu desafios econômicos relacionados à redução dos impactos ambientais, mas citou a ocorrência progressiva de eventos climáticos extremos pelo mundo como evidência de que o planeta não pode ficar "à mercê de disputas hegemônicas".

- Com as guerras e a **inflação** batendo à porta hoje, fica mais difícil pensar na catástrofe climática de amanhã. Secas, enchentes, incêndios e elevação do nível do mar já fazem parte da realidade de milhões de pessoas. Famílias perdem vidas, casas, empregos e meios de subsistência -criticou.

O presidente citou os Mapas do Caminho que o Brasil

apresentou ao passar a realização da COP para a Turquia e elencou três "tarefas imprescindíveis": assegurar que o financiamento climático atinja US$ 1,3 trilhão por ano; promover a transição dos combustíveis fósseis para outras fontes de energia; e parar e reverter o desmatamento.

COMBATE AO DESMATAMENTO

No discurso, Lula ainda citou avanços no combate ao desmatamento no Brasil, a redução de gases do efeito estufa desde 2005 e a retomada do Fundo Amazônia, com recorde de aprovação de projetos no ano passado.

Um dos principais objetivos da passagem pela COP31 é apresentar o chamado Mapa do Caminho Internacional, iniciativa da presidência brasileira da COP30 para orientar os países na elaboração de estratégias de afastamento dos combustíveis fósseis, respeitando as particularidades de cada economia.

Outraprioridadeéampliaro apoio ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre, mecanismo lançado pelo Brasil para financiar a conservação de florestastropicais.Ogovernoviajou para apresentar os avanços da iniciativa e atrair novos países parceiros, seja por meio de contribuições financeiras, seja por meio de investimentos.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Reforma Tributária: se Senado reduzir CBS, governo terá de cortar gastos, diz relator

Relator da **Reforma Tributária** na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) afirmou que, se o Senado reduzir a alíquota de 11,3% da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) calculada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e a arrecadação sentir o impacto, o governo terá de cortar gastos. Ele relativizou o percentual, que senadores discutem alterar, e citou cálculo do Ministério da Fazenda segundo o qual a alíquota média efetiva do novo tributo ficará em torno de 8,5%.

Questionado sobre o efeito de uma mudança no Senado sobre as contas do governo, Aguinaldo disse que sua grande tranquilidade é a trava de 26,5% fixada na reforma para evitar aumento da carga tributária. E indicou que eventual perda de receita terá de ser compensada do lado da despesa:

- O governo vai ver quanto está arrecadando com essa alíquota efetiva e, se houver pressão por conta do impacto na arrecadação, vai ser preciso reduzir o gasto - disse ao GLOBO.

Para o deputado, a leitura de que 11,3% é uma alíquota elevada confunde o percentual cheio com o que será efetivamente pago na média da economia. Segundo ele, a diferença vem do fim da cumulatividade e das reduções previstas para setores beneficiados.

- A gente tem que tratar de alíquota média e efetiva para que o cidadão possa entender. São coisas distintas. A alíquota de 11,3% é a máxima de referência. Isso quer dizer que os setores que não terão nenhum tipo de redução vão pagar essa alíquota - afirmou.

O cálculo do TCU foi aprovado em 28 de outubro. Cabe aos senadores fixar a alíquota por resolução até 15 de dezembro. Sem votação, prevalece o percentual do TCU.

Relator do projeto de resolução, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) disse na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no último dia 3, que todos foram pegos de surpresa com o número. Ele admitiu rever o percentual, mas não apresentou alternativa. A comissão marcou audiências para os dias 17 e 18; no primeiro, devem ser ouvidos o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, e Vital do Rêgo.

O setor produtivo pressiona por um número menor. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) propõe trocar o período usado como base para a média de arrecadação, de 2012 a 2021, por 2023 a 2025, o que levaria a alíquota a 10,3%.

A trava citada por Aguinaldo é o teto de 26,5% para a soma das alíquotas de referência da CBS e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de estados e municípios. Se ele for ultrapassado, a União tem de enviar ao Congresso um projeto para reconduzir a carga ao limite. O mecanismo, porém, é aferido em avaliações periódicas e não trata da receita de 2027. Na CAE, o senador Esperidião Amin (PP-SC), do mesmo partido de Aguinaldo, alertou que a soma de CBS e IBS pode chegar a 30% ou mais.

O deputado avalia que é possível cortar despesas sem atingir programas sociais, o que considera uma obrigação até por justiça social .

O governo manteve o início da **Reforma Tributária** em janeiro, apesar dos pedidos de adiamento.

- Não vejo motivo nenhum para adiar a implementação da reforma - disse o deputado, que afirmou ter feito um apelo ao ministro para que não cedesse a nenhum tipo de pressão . S

Sobre o prazo extra, Aguinaldo disse que o novo sistema exige caráter pedagógico na arrecadação e na aplicação de punições, e que a Receita fará o monitoramento para evitar prejuízo a cidadãos e empresas

Questionado sobre a proposta enviada pelo governo na semana passada para manter o IPI sobre produtos que passarão a pagar o Imposto Seletivo até a entrada em vigor do novo tributo, o relator pediu cautela com mudanças no texto da reforma:

- A minha sugestão é que a gente utilize o mínimo possível de movimentação legislativa. Se a gente tiver outros instrumentos para se fazer isso, que faça por outros instrumentos.

Para ele, o relator da proposta deve assumir o compromisso de aprovar apenas os ajustes

necessários à transição da reforma .

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/11/12/reforma-tributaria-se-senado-reduzir-cbs-governo-tera-de-cortar-gastos-diz-relator.ghtml

Fazenda quer reforma "imediata"

O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, rebateu ontem os pedidos de adiamento para o início do período de transição da **reforma tributária** do consumo, previsto para começar em janeiro de 2027, com a implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo federal que substitui PIS/Cofins e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

"É um avanço tão importante para o desenvolvimento do nosso país, que nós não podemos perder um dia que seja, nisso. Por isso, repito, a nossa posição no Ministério da Fazenda é de implementação (da reforma) imediata. O Brasil não pode esperar mais. Não pode conviver com um sistema mais atrasado, um sistema que desincentiva o investimento", destacou Barreirinhas.

O secretário participou de uma coletiva de imprensa na sede da Fazenda para dar mais transparência sobre os **impostos** que passam a incidir sobre os produtos com a reforma. No dia anterior, esteve em um almoço com parlamentares da bancada do agro, onde tentou desmentir informações que apontam para possíveis aumentos de carga tributária com a reforma. Segundo ele, o governo espera que alguns preços até diminuam para o consumidor, com o aumento da competitividade da indústria.

Notas fiscais

Barreirinhas anunciou, ontem, que o Comitê-Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG--IBS) decidiu adiar a exigência dos

novos modelos de nota fiscal para empresas do Simples Nacional, que passaria a valer em janeiro de 2027. Agora, essa cobrança começará em março.

Segundo o secretário da Receita, a decisão ocorreu após o Fisco detectar que 1,1 milhão de empresas ainda emitem os documentos de acordo com a regra atual. "O sistema da Receita já está pronto, mas nós reconhecemos que os sistemas dessas empresas podem não estar prontos ainda, porque, muitas vezes, são empresas muito pequenas, com prestadores de serviços de TI, também, muito pequenos" comentou o secretário.

Para o período entre janeiro e fevereiro, nada muda para as empresas que ainda não se adequarem às novas regras. No entanto, os profissionais de contabilidade devem ser orientados a fazer ajustes para apurar as receitas durante esses dois meses, já que os documentos antigos já operam em plataformas obsoletas. Na prática, os contadores devem informar manualmente sobre as receitas obtidas nesse período, como explicou o secretário.

"Estamos em uma obra. Ela gera dificuldades, mesmo. Nós temos mais de 22 milhões de CNPJs de empresas ativas no Brasil. Mesmo que seja um percentual pequeno dessas empresas que não estejam prontas para a **reforma tributária** em janeiro, em números absolutos, é um volume grande. E esses contribuintes vão merecer a atenção da **Receita Federal** e dos nossos parceiros" acrescentou Barreirinhas. (RP)

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/12/all.pdf

Receita anuncia medidas para facilitar transição da reforma

FRANCO DANTAS

Entre os pontos divulgados, está o prazo extra de 30 dias para o recolhimento da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)

Da página A1 O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, anunciou ontem uma série de medidas para tentar amenizar eventuais problemas na transição da **reforma tributária**.

Segundo ele, a Receita pretende enviar um projeto de lei complementar para adiar o pagamento definitivo da nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para o segundo mês subsequente ao mês da vigência do tributo, além de permitir recolhimento por crédito presumido no mês seguinte ao da vigência. Com isso, empresários e contadores teriam 30 dias a mais para efetuar o recolhimento definitivo durante o período de transição.

Barreirinhas também anunciou o adiamento da exigência de alguns documentos novos para setores específicos e as proposições para flexibilizar a transição para o modelo de Crédito Vinculado ao Pagamento (CVP) e split payment no âmbito do recolhimento da CBS.

"A reforma estará valendo em janeiro, mas determinados documentos novos podem ser emitidos a partir dessas próximas datas. A Declaração de Regimes Específicos (DeRE) é algo que está sendo debatido com as instituições financeiras", disse. "É um público bem especializado e restrito; não há maior dificuldade. Em janeiro, apenas serão as notas fiscais de locações e arrendamento, que demandam também orientação para esse público. Mas as maiores dificuldades são aquelas relacionadas aos documentos que nós estamos adiando para março do ano que vem."

ADIAMENTOS. O Fisco adiou para 1.º de março de 2027 a exigência de seis documentos: o BP-e TM; BP-e aéreo; NFS-e plataformas digitais, processamento de dados, softwares, conteúdo via internet; DF-e Simples Nacional de alienação de mercadorias; NF-e ABI - alienação de imóveis; e NFS-e transporte coletivo municipal. "Tudo o que não é prestação de serviço para o Simples Nacional está sendo adiado para março."

O secretário especial da Receita reforçou que a posição do Ministério da Fazenda é pela implementação imediata da **reforma tributária**, mas reconheceu que a pasta vê desafios para a transição das novas normas.

"A nossa posição, do Ministério da Fazenda, é de implementação imediata. O Brasil não pode esperar mais, não pode conviver mais com um sistema atrasado, que desincentiva o investimento", disse Barreirinhas. "É um avanço tão impactante para o desenvolvimento do País que nós não podemos perder um dia que seja nisso."

Segundo o secretário, o Fisco recebeu diversas sugestões de aprimoramento e reconheceu quatro blocos de desafios relacionados à transição. Um dos blocos é relacionado à regulamentação; outro, aos sistemas da **Receita Federal**; um terceiro relacionado aos sistemas dos contribuintes; e o último, ao receio de erros e punições para os contribuintes.

Sobre o primeiro bloco de desafios, Barreirinhas afirmou que um segundo regulamento atualizado da CBS será publicado esta semana com normas complementares para a reforma. Além disso, o Fisco pactuou com o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) uma aceleração na publicação de atos conjuntos até o início de dezembro.

Barreirinhas reforçou ainda que o ministério pretende manter grupos de trabalho com setores, mesmo depois de dezembro, para preservar uma constância no aprimoramento da **reforma tributária**. "Isso vai continuar. São grupos que vão continuar com o diálogo constante com empresários, com confederações, com o Sebrae, com o CFC (Conselho Federal de Contabilidade), com a Fenacon (federação de empresas contábeis), para que esse aprimoramento seja constante."

O secretário também afirmou que o valor da alíquota da CBS calculado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de 11,3%, considera ganho de conformidade e que o Senado Federal tem total soberania para debater o porcentual. Mas ressalvou que é preciso respeitar a carga tributária global. "É matemática, é uma conta de chegada. O que foi aprovado pelo Congresso Nacional é a manutenção da carga; o que

foi calculado pelo TCU é a alíquota que é necessária para isso."

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

PGR prevê concluir até dezembro casos ligados a inquérito das fake news

PEPITA ORTEGA pepita.ortega@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Manifestações devem seguir ritmo adotado por Fachin, que determinou "exame individualizado" dos processos na Corte

A Procuradoria-Geral da República (PGR) avalia ser possível encerrar, até o final do ano, a análise dos 104 casos derivados do inquérito das fake news, após o arquivamento da chamada "investigação matriz" ser determinado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin. A projeção, no entanto, também depende do ritmo do ministro em remeter as apurações, individualmente, à Procuradoria.

A expectativa se dá com base nos primeiros pareceres já enviados a Fachin sobre apurações abertas a partir do inquérito instaurado em 2019. O presidente do STF já arquivou pelo menos oito procedimentos, acolhendo manifestações da PGR que argumentavam, por exemplo, falta de provas ou de prazo legal para seguir com as investigações. Assim, a avaliação interna na PGR é que é razoável esperar que o rescaldo do inquérito das fake news passe pela análise no órgão até dezembro.

TENDÊNCIA PARA DESFECHO

A expectativa, com base nos casos até agora analisados, é de que boa parte das manifestações da PGR seja pelo arquivamento das apurações. Interlocutores destacam, porém, que a análise será feita caso a caso. Na decisão em que encerrou o inquérito das fake news, Fachin frisou que há uma "expressiva quantidade e heterogeneidade" de procedimentos conexos e que, por isso, não é recomendável que o arquivamento "produza consequência automática e indistinta" sobre todos eles, ao determinar um "exame individualizado" para verificar se devem ou não continuar.

Uma das próximas manifestações que a Procuradoria deve preparar, por exemplo, envolve uma apuração sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A investigação foi aberta após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) enviar ao Supremo uma notícia-crime contra o ex-presidente, apontando que Bolsonaro usou um inquérito sigiloso sobre um ataque hacker para atacar as urnas eletrônicas.

Neste caso, Fachin determinou que a Polícia Federal (PF) apresentasse informações sobre diligências que ainda estivessem pendentes. A corporação não respondeu ao ministro. Agora, conforme o despacho do presidente do Supremo, o caso deve ser remetido à PGR para que se manifeste pela realização de novas diligências, pelo arquivamento ou pelo oferecimento de uma nova denúncia.

Também na decisão em que pôs fim ao inquéritomãe, Fachin chegou a citar dois desdobramentos já arquivados, seguindo parecer da PGR. O ministro também fez referência a dois casos, sigilosos, que vão seguir em aberto mesmo após o pente-fino realizado pela presidência. Um deles -sobre o suposto vazamento de dados da **Receita Federal** de ministros do Supremo e de seus parentes -foi redistribuído entre os integrantes do STF e acabou parando no gabinete do ministro André Mendonça. Outro vai sair do tribunal para as instâncias inferiores.

ARQUIVAMENTOS RECENTES

Na segunda-feira, o presidente do STF arquivou mais um procedimento derivado do inquérito das fake news, sobre a conduta de um cidadão de Santa Catarina no bloqueio da BR-470, em Rio do Sul, após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022. Segundo a PGR, neste caso, os elementos colhidos nas investigações não eram suficientes para a apresentação de uma denúncia contra o investigado.

Entre outros casos, Fachin também já determinou o arquivamento de uma notícia-crime apresentada pelo ministro Flávio Dino contra o ex-deputado federal e exprocurador da Lava-Jato Deltan Dallagnol. A decisão também acolheu manifestação da PGR que considerou não haver motivos para dar prosseguimento ao caso. A representação foi apresentada por Dino em abril de 2023, quando o ministro do STF ainda ocupava o cargo de ministro da Justiça do governo Lula. Em outras frentes, o ministro já arquivou ainda apurações sobre o pastor Silas Malafaia e sobre o escritor Guilherme Fiuza.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Receita dá mais prazo para recolher CBS na Reforma Tributária

BERNARDO LIMA E GLAUCE CAVALCANTI
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

Proposta, que ainda depende de projeto de lei, representa flexibilização do governo na transição para nova tributação

O Ministério da Fazenda quer dar às empresas 30 dias a mais para fazer o pagamento da futura Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), porção federal do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que substituirá os **tributos** sobre o consumo recolhidos pela União a partir de janeiro. Para isso, será preciso enviar ao Congresso um projeto de lei, já que a proposta muda "a sistemática de apuração", disse ontem o secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas.

A regra, que valerá apenas em 2027, primeiro ano de transição da **Reforma Tributária**, sinaliza para uma flexibilização na transição para o novo sistema, numa resposta à pressão crescente do setor privado pelo adiamento dos prazos. Conforme a Receita, a ideia é dar mais tempo às empresas para conferir os **tributos** cobrados e os créditos a que têm direito, aliviando o caixa no primeiro ano da reforma.

Pela proposta, o recolhimento inicial da CBS será feito em duas etapas: no mês seguinte ao das operações de venda, a empresa paga um valor estimado; no mês posterior, faz o acerto final. Por exemplo, quem realizar vendas em janeiro poderá pagar a CBS por estimativa em fevereiro e concluir o acerto em março, quando terá mais informações para calcular o valor efetivamente devido.

O prazo extra está ligado a uma mudança na forma de usar os créditos tributários, valores de **tributos** já pagos que as empresas abatem do imposto a pagar. No sistema atual, basta informar a nota fiscal para a empresa ter direito ao crédito - embora, muitas vezes, as firmas não consigam receber os valores de volta, por causa de burocracia. No novo modelo, o crédito será liberado depois que o fornecedor recolher o tributo, mas uma das promessas da **Reforma Tributária** é garantir essas devoluções.

SPLIT PAYMENT EM AGOSTO

Quando a nova tributação estiver em pleno funcionamento, essas operações serão coordenadas pelo sistema de

split payment, que vai separar e recolher o IVA, automaticamente e imediatamente, nos pagamentos eletrônicos, por cartão, Pix ou transferência. O mecanismo - que também provoca dúvidas, pois alterará o fluxo de caixa das empresas - começará a funcionar a partir de agosto do próximo ano, conforme o cronograma de transição.

Até lá, as empresas recolherão a CBS por conta própria. E poderão optar pelo "Recolhimento pelo Adquirente (RAD)" para receber os créditos. Nesse formato, a empresa compradora recolhe a CBS e, por isso, consegue o crédito tributário de forma mais rápida; a vendedora, por sua vez, recebe o pagamento com o imposto já descontado.

Sem o prazo adicional previsto no projeto de lei, e enquanto o split payment ainda não funciona, haveria o risco de, nos primeiros meses da transição da **Reforma Tributária**, as firmas pagarem a CBS antes de ter os créditos confirmados.

Apesar da sinalização de flexibilização por parte do governo, apenas a extensão do prazo para recolhimento não pode ser considerada positiva para as empresas, avaliou Bianca Xavier, advogada tributarista e professora da FGV Direito Rio:

-A tributação por estimativa sempre tem dois vieses. A estimativa pode estar além ou aquém do real. Por isso, não necessariamente vai ser bom para a empresa. A depender da presunção, a empresa pode acabar antecipando recursos para o governo.

Esse princípio já é usado no recolhimento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da CSLL, **tributos** federais sobre os ganhos das empresas, para os quais existe o regime do "lucro presumido". No caso da CBS, ponderou Bianca, será preciso entender como será a nova regra de presunção.

Ao anunciar a flexibilização dos prazos, Barreirinhas sinalizou ontem uma maior compreensão do governo em relação às dificuldades que as empresas terão para se adaptar. O secretário afirmou que os contribuintes que agirem "de boafé" durante a transição para a nova tributação não serão multados ou punidos, no caso de "dúvidas fundamentadas".

- Se não ocultar informações relevantes para administração tributária, e se havia uma lacuna normativa ou interpretativa, presume-se boafé do contribuinte. É uma mudança cultural muito grande. Dúvidas relevantes e sem dissimulação por parte do contribuinte (não serão punidas) -disse Barreirinhas.

DÚVIDAS SOBRE AS MULTAS

Bianca, da FGV Direito Rio, também lançou dúvidas sobre como se dará a interpretação sobre as sanções:

-No Brasil, a multa é culpa objetiva. Se o contribuinte não declara, paga 75% sobre o valor devido. Se declara e não paga, é penalizado em 20%. A discussão vem depois. Lá fora, esse mecanismo da "dúvida fundamentada" é muito usado. Seria, agora, um mecanismo para relevar multas com base em justificativas apresentadas pelo contribuinte?

Ainda entre as sinalizações, Barreirinhas disse que será mantido e ampliado, no próximo ano, um programa de conformidade, para tirar dúvidas dos contribuintes.

Ao mesmo tempo, o secretário reafirmou janeiro como o prazo para começar a transição da **Reforma Tributária**. Um adiamento mais geral de todo o cronograma tem ganhado força entre empresários e especialistas. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), que representa o setor apontado como o maior beneficiado pelas mudanças, enviou carta aos ministros da Fazenda, Dario Durigan, e do Desenvolvimento, Márcio Elias Rosa, pedindo que o início seja postergado por um ano e que 2027 funcione apenas como período de testes. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) defendeu o adiamento, para 2028, alegando "incertezas regulatórias, operacionais e econômicas que ainda envolvem o novo sistema". Até o ex-secretário Bernard Appy, idealizador da reforma, defendeu em entrevistas o adiamento do cronograma.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

"Master e ueno usaram falência regulatória para se promover"

Hamilton Ferrari De Assunção, Paraguai

"Quem quer estabelecer o seu dinheiro não vai ser afetado, porque já conhece como é o Paraguai" "O que precisamos aperfeiçoar é como podemos fazer transferências para outras entidades com mais agilidade"

Tanto o Banco Master quanto o ueno bank usaram da "falência regulatória" para promover promessas fantasiosas aos seus clientes, disse o presidente do Banco Central do Paraguai (BCP), Jorge Schreiner, em entrevista exclusiva ao Valor. Para o novo chefe da autoridade monetária paraguaia, as instituições do país responderam de forma rápida à crise do ueno, com a retirada de um chefe de Estado e mudança de um presidente do Banco Central. Ele entende que ainda é necessário um processo para a retomada da credibilidade do BCP, mas diz que, apesar dos mais de 3 milhões de clientes que a fintech tinha, o caso não representa um risco sistêmico para o sistema financeiro do país.

A entrevista foi concedida ontem, último dia do prazo para o fundo garantidor do país pagar as garantias dos poupadores paraguaios. Schreiner foi indicado ao cargo na segunda-feira pelo presidente Pedro Alliana. Ocupou o cargo deixado vazio por Carlos Carvallo, ex-presidente do BCP que está preso, investigado por lesão de confiança e por ter produzido documentos falsos.

O ueno bank pertencia ao empresário Federico Miguel Vázquez Villasanti, que presidia o Grupo Vázquez - controlador do banco. Santiago Peña, que deixou a presidência do Paraguai em meio à crise e acabou preso, foi acionista do Grupo Vázquez até março do ano passado, e Carvallo foi presidenteexecutivo da Financeira Ueno até agosto de 2023.

O presidente do BCP disse ainda que o impacto financeiro da crise sobre a usina de Itaipu será uma "dor forte", mas não afeta a sustentabilidade da companhia. A usina de Brasil e Paraguai tinha aproximadamente R$ 1 bilhão investido no ueno bank. Schreiner defendeu que esse tipo de investimento seja feito com maior rigor técnico e análise de riscos.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Quais são as semelhanças entre o Banco Master, no Brasil, e o ueno bank, no Paraguai?

Jorge Schreiner: Não conheço muito qual era o modelo de negócio do Master. Sei que envolvia promover uma digitalização das transações, e o ueno bank também usou isso. Toda invenção humana tem uso positivo e negativo. A digitalização, assim como facilita a vida humana, tem outra cara, que se presta muito a golpes e a enganos. O que critico é o uso da falência regulatória. Aí há uma semelhança bastante forte entre o que aconteceu no Brasil e no Paraguai, em termos do mau uso de um instrumento valioso.

Valor: O ueno bank tinha uma clientela proporcionalmente maior no Paraguai do que o Banco Master tinha no Brasil. Isso não afeta de forma mais contundente a credibilidade no caso paraguaio?

Schreiner: Por um lado, o dano reputacional ao BCP e ao Paraguai foi enorme. Não temos como negar. Por outro lado, houve uma resposta tão rápida que em menos de cinco dias o país pôde, institucionalmente, trocar o presidente, toda a diretoria do Banco Central, pagando 99% dos pequenos poupadores. Não houve risco sistêmico e, sim, focalizado. Ter muitos clientes não significa que houve risco sistêmico.

Valor: O que acontece se a crise dificultar a atração de investimento estrangeiro, em um momento em que o Paraguai tenta atrair investimentos para data centers, por exemplo, dos Estados Unidos?

Schreiner: O Paraguai tem um [rating] BBB, porque é um bom pagador, que ainda tem níveis fiscais razoavelmente manejáveis. Esse é um elemento que eu compartilho com a Fitch [Ratings]. Para dar risco país de grau de investimento ao Paraguai [superior ao BBB], é preciso trabalhar muito em seu poder judicial, em direitos de propriedade, em segurança jurídica, comunicação. Há um monte de aspectos sistêmicos que precisam de investidores. Apesar de todas as debilidades, muitos brasileiros estavam vindo ao Paraguai, estão se estabelecendo. Quem quer estabelecer o seu dinheiro não vai ser afetado, porque já conhece como é o Paraguai. É recuperável [a credibilidade], e, vendo a velocidade com que se atuou, estamos falando de uma imagem de institucionalidade que funciona bastante bem, e isso aplaudiram. Eu tenho muitos amigos brasileiros que

me enviaram mensagens de "como fizeram?". "Nós até agora só temos uma pessoa presa, que é o presidente do Master, e [para] todos os políticos vinculados a este banco, nenhum processo, nada." E nós já tiramos o ex-presidente do Banco Central, e isso as pessoas veem como muito positivo.

Valor: O senhor entrou em contato com o presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Galípolo, e outros presidentes de bancos centrais da região?

Schreiner: Não. Com muito prazer, acho que é uma oportunidade valiosa para explicar a região. Nós temos uma região bastante complexa hoje, pela composição política. Os bancos centrais têm que ser imunes a essa composição ideológica. Eu acho que isso é fundamental.

Valor: Existem riscos para a solidez de Itaipu?

Schreiner: Itaipu, até onde eu vi, tem dinheiro investido neste banco. Para o volume de negócios que tem a Itaipu, vai ser uma dor forte, mas não vai afetar a sustentabilidade e nem o negócio. Mas, sim, demonstra que Itaipu tem que revisar, tanto do lado brasileiro quanto do lado paraguaio, como se maneja esse tipo de discricionariedade. Deve ter os mesmos requisitos que um fundo de Previdência, por exemplo. A dureza na qualificação de risco. Eu tenho uma visão muito crítica das pessoas que decidiram investir em um banco da natureza do ueno bank.

Valor: Outros funcionários do Banco Central serão investigados? Haverá uma auditoria?

Schreiner:Eu acabei de falar com o controlador [geral da República].

Eu pedi dois reforços de auditorias da superintendência de banco, que se revise de ponta a ponta onde houve falência na gestão, e em nossa assessoria jurídica. Os dois informes eu pedi que sejam feitos com urgência. Hoje eu não posso dizer se uma pessoa fez mal, porque não tenho o diagnóstico de um ente imparcial. Se fizermos uma investigação interna, não sei em quem confiar. Será sancionado quem tiver que sancionar sob o ponto de vista administrativo.

Valor: Houve movimentos atípicos no câmbio nos últimos dias? Qual é a estratégia de intervenção do Banco Central no mercado cambial para mitigar a volatilidade excessiva, sem prejudicar as reservas internacionais?

Schreiner: Agora [o câmbio] se estabilizou exatamente na faixa de equilíbrio, entre 5.900 e 6.200 guaranis por dólar, que é, digamos, sua trajetória de longo prazo usando o modelo de paridade do poder aquisitivo - **inflação** dos Estados Unidos e **inflação** do Paraguai - acumulada nos últimos 40, 45 anos. Está num nível razoável de equilíbrio. Nos últimos anos, o BCP estava usando o tipo de câmbio quase como âncora monetária. A lei do Banco Central diz, claramente, que o propósito de intervenção é suavizar sazonalidades. Há períodos de muita exportação em que cada tipo de câmbio tem que comprar [o Banco Central] e há períodos de muita saída, que tem que vender, evitar volatilidade e movimentos especulativos. Neste ponto de vista, o nível de reservas do Banco Central, que está próximo de 25% do seu Produto

Interno Bruto, tem capacidade suficiente, porque o mercado paraguaio é pequeno. A regra é clara: vai flutuar, mas não vamos permitir cair 25% ou subir 50%. Não vamos permitir, e nisso eu sou firme.

Valor: Existe algum risco para os títulos soberanos do Paraguai? Além disso, o que se pode esperar das contas públicas?

Schreiner: Minha preocupação como profissional, e agora como presidente do Banco Central, é trabalhar profundamente na parte fiscal. O presidente já está enviando mensagem de revisão de gastos supérfluos e um plano de austeridade que seja não de pequenos montes, mas de uma revisão profunda. Nós copiamos muitas coisas do Brasil, por exemplo, [política de] fome zero nas escolas. Mas para quem vai a alimentação nas zonas onde os pais são os cuidadores? Por que não dar o auxílio alimentar [exclusivamente] para zonas rurais muito pobres? Outro aspecto a revisar profundamente é o auxílio para adultos maiores sem condicionalidades. Basta que você junte 65 [anos] para cima. Hoje está em 68. Isso já representa, este ano, 500 milhões de dólares. Não é vulnerável a pessoa de 66 anos? A resposta é não. Não tem que receber um único guarani do Estado do Paraguai. Se vamos ter déficit, que seja por infraestrutura, por portos, aeroportos.

Valor: O Banco Central considera fazer mudanças no Fundo de Garantia de Depósitos? Quais seriam?

Schreiner: O que precisamos aperfeiçoar é como podemos fazer transferências para outras entidades com mais agilidade, com mais rapidez, porque se trabalhou muito bem em entidades pequenas, nem sequer a gente entendeu que fechou tal financeira. Hoje, ao tocar uma entidade com muitos clientes, foi barulhento. O atual Banco Central, que, em menos de uma semana, pagou mais de 98% [dos correntistas], demonstra que a lei funciona.

Valor: Os bancos digitais saem mais fragilizados após este caso? Não seria de se esperar uma concentração

bancária nas instituições tradicionais?

Schreiner: Haverá um retrocesso. Isso é categórico. [Por um lado] muitos bancos grandes estavam sendo pressionados por este banco muito digital. Hoje temos quase todos os bancos do Paraguai já com oferta de abrir sua conta digitalmente. Ou seja, graças a essa pressão correta, positiva, muitos bancos se tornaram mais digitais. [Mas] temos muito poucos bancos hoje, porque se tinha uma visão de que ter muitos bancos era ruim. E na realidade não é. Ter poucos bancos parece ser confortável do ponto de vista regulatório e fiscalizatório, mas poucos bancos criam riscos sistêmicos.

"Alguém vai ter que pagar a conta" se CBS for menor, diz Barreirinhas

Parlamentares, empresários e economistas se surpreenderam com a estimativa de alíquota da CBS, a porção federal do IVA, feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que veio acima do esperado, mas uma eventual redução da taxa, que começará a vigorar em 2027, exigirá a retirada ou diminuição de benefícios tributários de determinados setores e produtos, disse ontem o secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas.

A emenda à Constituição que promoveu a **Reforma Tributária** determina que não haja aumento de carga, ou seja, que a arrecadação com o IVA se mantenha no mesmo nível amealhado com os atuais **tributos** federais, estaduais e municipais que incidem sobre o consumo.

A alíquota base do IVA, formado pela CBS (federal) e pelo IBS (estadual e municipal), será definida conforme essa determinação e levando em conta isenções e reduções decididas pelo Congresso ao aprovar a emenda e as leis de regulamentação. Quanto maiores as isenções e reduções, maior deve ser a alíquota base para manter o nível de arrecadação no nível atual.

O TCU calculou em 11,3% a alíquota de referência da CBS - que será somada à taxa do IBS para formar o IVA -e encaminhou a estimativa ao Senado. A Casa tem até 15 de dezembro para fixar a alíquota definitiva para 2027, em decreto legislativo.

-O Congresso Nacional, se resolver reduzir essa alíquota, vai ter que tirar algum redutor de outro lado. Alguém vai ter que pagar a conta para manter essa carga. Se ela for reduzida, vai ter que reduzir um redutor de alíquota de outro setor, tirar benefícios de isenção, de alíquota zero, de determinados produtos que estão na lei complementar -afirmou Barreirinhas.

Entre os benefícios definidos pelo Congresso estão a isenção total dos alimentos da incluídos na cesta básica - como arroz, feijão e carnes - ea redução de 60% nas alíquotas para serviços de saúde, educação e determinados medicamentos.

- O Congresso é soberano para discutira alíquota, mas, para cumprir o que está na lei complementar ena Constituição, param antera carga tributária, se essa alíquota de referência for reduzida, quem pagamenos que a alíquota média vai ter que pagar um pouco mais. Vai ter que dar um equilíbrio para que a carga total seja a mesma-disse Barreirinhas.

O secretário também argumentou que a alíquota efetiva da CBS para a população de menor renda será próxima de zero, pois, além das isenções de produtos da cesta básica, essa parcelados consumidores terá direito ao cashback ,ouseja, a devolução dos **tributos** pagos no consumo. Para comparar o futuro IVA brasileiro com as alíquotas de outros países que adotam esse modelo seria preciso considerar o imposto efetivamente pago pela população, após a aplicação dos benefícios, disse Barreirinhas:

- A alíquota efetiva da CBS para a população mais humilde do Brasil será zero ou próxima de zero, porque boa parte do consumo dela são produtos da cesta básica ou isentos, como água, luz, gás, celular, que têm cashback.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Refit: operação mira parentes de Ricardo Magro

ANNA BUSTAMANTE, FELIPE GRINBERG E MARCOS NUNES granderio@oglobo.com.br

Entre os dez presos estão o tio e o avô do empresário. Os pais dele não foram localizados, assim com o próprio dono da refinaria, que estaria nos Estados Unidos. Ministério Público do Rio investiga sonegação de R$ 15 bilhões

Da página 1 O Ministério Público do Rio deflagrou ontem mais uma operação contra os suspeitos de envolvimento em fraudes fiscais na Refit, a antiga Refinaria de Manguinhos. Promotores do Grupo de Atuação Especializada de Defesa da Integridade e Repressão à Sonegação Fiscal (Gaesf/MPRJ) foram às ruas para cumprir 14 mandados de prisão no Rio e em São Paulo. O principal alvo, Ricardo Magro, não foi localizado. Seu nome foi enviado para a Interpol, já que ele estaria morando nos Estados Unidos. A ação também focou em parentes do empresário. O tio e o avô dele foram detidos, e os pais, que estariam vivendo em Portugal, são considerados foragidos.

A Refit é a segunda maior devedora do estado, com R$ 14,7 bilhões inscritos na Dívida Ativa. Em todo o país, o passivo passa dos R$ 50 bilhões. No último ano, a empresa foi alvo de seis operações desencadeadas por diferentes órgãos. Magro está sendo procurado pela Polícia Federal desde maio, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decretou sua prisão na primeira fase da Operação Sem Refino.

REDE DE EMPRESAS

A ação de ontem focou nos núcleos operacional e financeiro. De acordo com os promotores, Magro exercia o controle de uma rede de empresas responsáveis por toda a cadeia produtiva: desde a importação de derivados de petróleo até a comercialização dos combustíveis nos postos. A estrutura teria permitido a prática sucessiva de fraudes fiscais em diferentes etapas da atividade, da aquisição da matéria-prima à venda ao consumidor final. O esquema deu origem à expressão utilizada no setor: "do porto ao posto sem pagar imposto".

- Esse é um esquema que funciona há décadas. Diria que está institucionalizado no Rio - destacou o procurador-geral Antônio José Campos Moreira.

Além da refinaria, são investigadas as distribuidoras Flagler, Fera, Direcional, World Comércio, Phaenarete, Vaishia e 76 Oil. De acordo com o MPRJ, Magro colocou parentes e amigos no comando de diferentes empresas ligadas ao esquema, à medida que ele se desligava. Uma das estratégias para sonegar **impostos** investigadas é a falsificação de importação. A Refit é suspeita de simular a compra de petróleo bruto pelo porto de outro estado, que cobra uma alíquota menor que a do Rio. O que os investigadores descobriram é que a Refit não importava o petróleo bruto e, sim, combustível refinado, cujo imposto é mais alto. Em seguida, o produto era vendido em postos ligados ao esquema com um valor abaixo do de mercado porque também não fazia o recolhimento de ICMS.

FALÊNCIA E CNPJ CASSSADO

A Refinaria de Manguinhos teve a falência decretada este ano pela Justiça. A dívida do grupo de R$ 14,7 bilhões seria suficiente para cobrir todo o orçamento do estado para a Saúde ou a Educação em 2027. Em maio, o Palácio Guanabara já tinha cassado o CNPJ da refinaria e retirado os benefícios fiscais da empresa. A Secretaria de Fazenda levantou que, sem atuação da Refit no mercado fluminense, a arrecadação do governo no setor de combustíveis chegou a R$ 3,8 bilhões de maio a outubro, um aumento de 55% em relação ao mesmo período do ano passado.

Na operação de ontem, foram presas dez pessoas e apreendidos dez veículos de luxo (estimados em R$ 7,9 milhões), R$ 100 mil em espécie, US$ 40 mil, dezenas de relógios e dois aviões, avaliados em R$ 50 milhões. Um dos presos é o piloto da Copa Truck de automobilismo André Marques. Segundo a investigação, ele é amigo de infância de Ricardo Magro e comprou 40 postos de combustíveis em dois meses, além de controlar duas distribuidoras "secretas". Marques foi preso na Barra da Tijuca, Zona Sudoeste do Rio.

-Até o início das investigações, ele não era uma pessoa conhecida de envolvimento com Ricardo Magro. O grupo mantinha até a data de hoje as empresas com a expressão "preservada do mercado". Funcionavam para o Grupo Refit sem que os demais agentes do setor econômico soubessem que estavam

operando para o Grupo Refit - detalha a promotora Renata Melo Chagas, do Gaesf.

EX-PRESIDENTE NA SEDE

Além de Marques, foi preso Jorge Luiz Cruz Monteiro, ex-presidente da Refit, encontrado na sede da empresa em Manguinhos.

Segundo o MPRJ, parentes do empresário permaneceram na estrutura empresarial como sócios formais ou procuradores mesmo depois de iniciadas as investigações envolvendo a Refit.

Os pais de Ricardo Magro, João Manuel Magro e Gabriela da Conceição Magro, são considerados foragidos. A informação obtida pelo MPRJ é que eles moram em Portugal. Outro alvo que não foi encontrado ontem é Cristiano Moreira Pinto Beraldo, apontado como um aliado de Magro na gestão das empresas. Ele foi eleito suplente para a Câmara Federal pelo Progressistas de São Paulo, com 13,8 mil votos na eleição de outubro.

À Justiça Eleitoral, Beraldo declarou ter R$ 2,7 milhões em bens, como a empresa CMB Strategy, registrada em um apart-hotel em Itaim Bibi, em São Paulo. O cadastro na **Receita Federal** mostra que a principal atividade econômica da firma é nos setores de artes plásticas, jornais independentes e escritores, além de consultoria de gestão empresarial.

- Cristiano Beraldo assumiu a presidência da refinaria. Ele executa todas as ordens de Ricardo Magro no Brasil, desde a troca de impressoras e de ar-condicionado até o pagamento ou não dos **impostos** do grupo. Em 2019, Beraldo saiu formalmente do conglomerado, mudou-se para os Estados Unidos e assumiu a gerência

de empresas americanas que toca ao lado de Magro em território americano. Em vez de agir em favor de Magro no Brasil, ele passou a agir ao lado dele, como o braço direito, lá nos Estados Unidos - completou Renata Chagas.

A defesa de André Marques afirmou ter recebido com surpresa a notícia de sua prisão. O escritório Fernando José da Costa Advogados informou que ainda não teve acesso à investigação e que desconhece as provas que fundamentaram a medida. Os advogados acrescentaram que consideram não haver elementos que justifiquem a prisão preventiva e vão pedir a sua revogação assim que tiverem acesso aos autos.

Em nota, a defesa de Ernesto dos Santos Andrade, tio de Magro e um dos presos ontem, diz que não teve acesso à investigação, mas que ele "sempre esteve e continua à disposição da Justiça para prestartodososesclarecimentos necessários". O advogado de Jorge Monteiro não quis se pronunciar por não ter tido acesso aos autos. O GLOBO não conseguiu contato com a defesa dos outros citados.

QUEM SÃO OS ALVOS DA AÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presos no Rio:

André Marques, piloto de automobilismo (capturado na Barra); Paulo Henrique Oliveira de Menezes, diretor da Refit (na Lagoa); e Jorge Luiz Cruz Monteiro, ex-presidente da Refit (localizado na sede da refinaria, em Manguinhos).

Presos em São Paulo: Manuel Joaquim Andrade, avô de Ricardo Magro (ficará em prisão domiciliar devido à idade); Ernesto dos Santos Andrade; Julio Cesar Paulon; Renato Freire Leal;

Pedro Zuaid Dias Soares; Luís Antônio Dias Soares; e Tiago Gotierre de Assis.

Foragidos:

Ricardo Andrade Magro, apontado pelo MPRJ como chefe da organização criminosa (estaria nos Estados Unidos); Cristiano Moreira Pinto Beraldo, braço direito de Ricardo Magro, de acordo com o MPRJ, e suplente de deputado federal eleito pelo PP de São Paulo (ele estaria nos Estados Unidos); e João Manuel Magro e Gabriela da Conceição Magro, pai e mãe de Ricardo Magro (eles estariam em Portugal).

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Presidente é aconselhado a indicar mulher ao STF

JENIFFER GULARTE, LAURIBERTO POMPEU E SÉRGIO ROXO politica@oglobo.com.br BRASÍLIA

Lula insiste em Messias, e cúpula do Congresso busca apoio do PT a Rodrigo Pacheco; alternativa resolveria impasse

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido aconselhado por aliados a indicar uma mulher ao Supremo Tribunal Federal (STF) para destravar o impasse que envolve o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o ministro Rodrigo Pacheco, do Tribunal de Contas da União (TCU). Messias segue como primeira opção do petista, mesmo após ter sido rejeitado pelo Senado em abril, enquanto Pacheco é o preferido dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Diante da falta de acordo, interlocutores de Lula defendem uma alternativa e veem pouca resistência caso a escolhida seja uma mulher, o que atenderia a uma demanda de setores da sociedade por mais representatividade feminina na Corte. Hoje há apenas uma ministra, Cármen Lúcia. No fim de 2023, com a aposentadoria de Rosa Weber, Lula indicou Flávio Dino para a vaga.

O presidente dá sinais, segundo auxiliares, de que pode insistir na indicação de Messias. Ao mesmo tempo, sinaliza estar disposto a fazer concessões no critério de escolha, o que abriria espaço para outra solução.

Aliados citam três nomes neste cenário: a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Daniela Teixeira, indicada por Lula em 2023 após 27 anos de advocacia; a ministra do STJ Regina Helena Costa, nomeada por Dilma Rousseff em 2013 e especialista em Direito Tributário; e a ex-ministra do Planejamento Simone Tebet (PSB), que foi professora de Direito Administrativo. No caso de Tebet, também contaria a favor a boa relação com Alcolumbre, principal opositor da indicação de Messias e fiador de Pacheco.

Esses interlocutores defendem que a questão seja resolvida até o fim deste ano, já que a oposição terá presença maior no Senado a partir de 2027 - só a bancada do PL vai somar 29 integrantes.

CÁLCULO POLÍTICO

Um grupo próximo a Lula tem alertado para os riscos de enviar novamente o nome do advogado-geral da União e abrir uma crise com o Congresso logo na largada do quarto mandato.

Também pesa contra Messias a proximidade com o ministro André Mendonça, que, dentro do STF, se opõe à ala mais próxima de Lula, formadaporGilmarMendes,Cristiano Zanin, Flávio Dino e Alexandre de Moraes.

Interlocutores do presidente que defendem uma alternativa a Messias citam ainda o tom da campanha eleitoral, em que Lula defendeu oxigenar os critérios de escolha paraaCorteechegouadizerque a tarefa não deveria caber apenas ao chefe do Executivo.

O presidente, por sua vez, atribui a derrota a um cálculo do PL. Segundo ele relatou a aliados, o partido esperava eleger o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) presidente e, assim, preencher a vaga com um nome do grupo bolsonarista. Com a reeleição de Lula, Messias vê espaço para desmontar a resistência da oposição, já queoPLnãoterácomoindicar um nome. Na votação em plenário, ele recebeu 42 votos contrários e 34 favoráveis.

O Planalto ainda calcula o ambiente político no Senado, mas Pacheco segue como favoritodosparlamentares.Afacilidade de aprovação conta a favor dele, mas aliados de Lula avaliam que o aval ao ex-presidente do Senado pode representar um empoderamento excessivo do Parlamento.

Com a situação ainda em aberto, a cúpula do Congresso renovou a estratégia para emplacar Pacheco, hoje ministro do TCU. O líder do PT no Senado, Camilo Santana (CE), cotado para a Casa Civil, foi procurado pelo grupo para costurar um acordo com o governo a favor de Pacheco. Camilo é próximo de Alcolumbre e de Pacheco e tem dialogado com o grupo, mas ainda não se posicionou publicamente sobre a disputa.

Aliados de Pacheco lembram que Lula afirmou publicamente, em maio, que indicariaMessiasnovamente,mas não voltou ao assunto desde então. Essa ala sustenta que a

tramitação do nome do ministro do TCU seria rápida no Senado e cita o aval do grupo formado por Gilmar, Moraes, DinoeZaninnoSTF.OSupremo está com dez integrantes há mais de um ano, desde a aposentadoria de Luís Roberto Barroso, em outubro de 2025.

André Mendonça avalia prorrogar investigação sobre Lulinha

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), deve prorrogar as investigações sobre suspeitas de tráfico de influência envolvendo Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Lula. O ministro sinalizou a interlocutores que a tendência é autorizar a continuidade,atendendo a um pedido da Polícia Federal (PF) de outubro. formalizada, mas a expectativa é que André Mendonça conceda mais prazo aos investigadores para concluírem diligências que permanecem em andamento. A sinalização ocorre depois que o presidente do STF, Edson Fachin, devolveu a Mendonça, no fim de outubro, a condução das investigações sobre fraudes no **INSS**. Os procedimentos estavam sob os cuidados da presidência da Corte desde setembro, em meio a uma crise interna no STF. Edson Fachin, no entanto, manteve sob sua responsabilidade os processos relacionados ao Banco Master.

As investigações envolvendo Lulinha tiveram origem em elementos identificados pela PF durante a Operação Sem Desconto, que apura um esquema de descontos associativos fraudulentos em benefícios de aposentados e pensionistas do **INSS**. Em outubro, os investigadores pediram mais prazo para aprofundar a análise de vínculos societários, movimentações bancárias, agendas em órgãos públicos e viagens feitas por Lulinha, pela empresária Roberta Luchsinger, entre outros investigados.

A polícia justificou o pedido alegando que havia diligências ainda pendentes. Entre as linhas de investigação estão suspeitas de que Lulinha teria utilizado sua influência para facilitar negócios privados com órgãos do governo federal. Uma das frentes apura uma possível atuação dele para favorecer negociações envolvendo medicamentos à base de canabidiol com o Ministério da Saúde. (Mariana Muniz)

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Pacote fiscal projeta impacto para 2027 de até R$ 60 bilhões

Equipe econômica quer discutir PEC que limite despesas fora do arcabouço após volta de Lula da viagem a Turquia e Filipinas

O senador Jaques Wagner (PTBA) apresentou nesta quarta-feira (11) o Projeto de Lei Complementar (PLP) que contempla as primeiras medidas de ajuste fiscal do quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em audiência na Comissão Mista de Orçamento, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que as medidas terão impacto de R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões no ano que vem. Já as estimativas da equipe econômica informadas ao relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), foram de impacto de R$ 43 bilhões e R$ 54 bilhões. A expectativa é que o projeto seja votado nesta quinta-feira (12).

Mas o PLP é um primeiro passo, segundo fonte da área econômica. Quando Lula retornar de viagem à Turquia e às Filipinas, a equipe espera discutir uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que poderá, dentre outras medidas, limitar despesas hoje fora do arcabouço fiscal, como o Fundeb e o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Com isso, o ajuste deverá aumentar.

O texto apresentado nesta quarta-feira prevê a possibilidade de reduzir de 2,5% para 2% o limite de crescimento real das despesas se não for cumprido o limite inferior da meta, ampliar o contingenciamento para buscar o centro da meta fiscal e cortar benefícios tributários. Segundo fonte da área econômica, a redução do limite para 2% poderá ser aplicada já em março de 2027. A expectativa é que a desaceleração da economia provoque uma frustração de receitas, criando condições para o acionamento da medida.

O relator ressalta, contudo, que a redução do limite de crescimento das despesas não será permanente e dependerá de "criteriosa" análise feita pelo Poder Executivo".

O projeto também amplia os instrumentos do governo para perseguir o centro da meta fiscal. Atualmente, o contingenciamento é obrigatório para garantir o cumprimento do piso. A proposta autoriza a contingenciar despesas adicionais para alcançar o centro da meta, mesmo quando a projeção do resultado estiver dentro do intervalo de tolerância. A economia estimada com a contenção de gastos varia de R$ 12,8 bilhões a R$ 18,3 bilhões em 2027. Mas, se o governo escolher contingenciar para buscar o centro, também será obrigado a reduzir o limite de crescimento dos gastos para 2%.

O projeto também amplia o alcance do contingenciamento, permitindo que o governo contenha gastos obrigatórios sujeitos a limites orçamentários, desde que não protegidos pela Constituição.

Na área tributária, o PLP modifica as regras de redução de benefícios fiscais, com cortes de 20%. A medida alcança isenções, alíquotas reduzidas, reduções de base de cálculo, créditos presumidos e regimes especiais de tributação. No caso dos créditos tributários, por exemplo, o aproveitamento ficará limitado a 80% do valor original. A expectativa é de um aumento de arrecadação de R$ 15 bilhões em 2027.

Outra medida limita um benefício fiscal ao valor previsto no Demonstrativo de Gastos Tributários (DGT) de 2026, corrigido anualmente pela **inflação**. A expectativa é de um aumento de arrecadação de R$ 4,5 bilhões em 2027.

O texto também autoriza a Receita

Federal a restringir o uso de créditos tributários para compensar débitos com outros **tributos**. Os percentuais poderão variar conforme o valor ou a natureza do crédito.

Outra frente envolve a contenção de despesas obrigatórias. O projeto determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) apresente projeções para determinados gastos constitucionais e um plano de medidas normativas e administrativas para aproximar gradualmente seu crescimento ao limite de despesas do arcabouço fiscal. Entre as ações previstas está o combate a fraudes.

Outra medida permite ao Executivo desvincular até 40% do superávit financeiro acumulado no exercício anterior em fontes de recursos com destinação legal específica. Esses valores poderão ser usados para custear obrigações constitucionais, mas a autorização não alcança recursos vinculados à saúde, educação, **seguridade social** e segurança pública, entre outras.

Segundo o parecer, a medida poderá melhorar em R$ 100 bilhões a margem de cumprimento da chamada regra de ouro, que limita o endividamento público para financiar despesas correntes.

O projeto também permite que o governo utilize, em determinadas condições, o resultado primário que superar o necessário para alcançar o centro da meta fiscal para ampliar investimentos estruturantes no ano seguinte. Esses recursos poderão ficar fora do limite de despesas do arcabouço fiscal, desde que respeitada a meta fiscal do exercício.

Em outra frente, o PLP determina que o Congresso analise, em até 120 dias após a publicação da lei, regulamentação de dispositivo constitucional relacionado aos chamados supersalários do funcionalismo. O texto prevê que a economia decorrente da medida seja discriminada na LDO, podendo ser destinada à redução dos limites de despesas ou a investimentos e atividades finalísticas nas áreas de segurança pública e atendimento socioeducativo.

A proposta também contempla a legislação do seguro rural, cuja implementação depende de medidas de compensação fiscal. O texto considera atendidas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal para medidas relacionadas ao setor aprovadas até a publicação da nova lei complementar. Não há, entretanto, indicação de uma fonte específica de receita para financiar essas despesas.

Por fim, o texto autoriza, excepcionalmente em 2026, a exclusão de até R$ 10,5 bilhões em despesas com subsídios ao óleo diesel do cálculo da meta de resultado primário.

Já a PEC que será apresentada não deverá avançar sobre medidas como a desvinculação de benefícios em relação ao salário mínimo, mudanças na regra de reajuste do mínimo ou alterações na **Previdência Social**. Poderá, contudo, incorporar uma proposta que partiu do Congresso para permitir maior flexibilidade entre os pisos constitucionais de saúde e educação. A ideia é autorizar que cidades com poucas crianças, por exemplo, direcionem parte dos recursos da educação para a saúde. Veja a página 8

Saída de Andrei do comando da PF é dada como certa por aliados de Lula

Mensagem de insatisfação de Lula foi passada publicamente na sabatina à TV o Globo no 2 turno

Com a escalada da crise na Polícia Federal (PF) nesta semana, interlocutores do Palácio do Planalto e da corporação colocam em dúvida a permanência de Andrei Rodrigues do cargo de diretor-geral no próximo mandato. Algumas fontes apontam que a saída é dada como certa, outras que a situação é insustentável, mas todas ponderam que a decisão é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e não deve ser tomada antes de seu retorno do exterior. Por outro lado, Andrei tem recebido apoio de integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) (ver nesta página).

Na avaliação de aliados, o presidente vem indicando a troca do delegado desde a eleição, quando começaram a aparecer os primeiros problemas - dentre eles, a presença de Andrei em uma festa do ex-banqueiro Daniel Vorcaro em Londres, em 2024. Agora, com o afastamento dos delegados Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes das investigações dos casos do Banco Master e do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), a crise escalou.

A situação ficou crítica ao ponto de o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, enviar um ofício na terça-feira (10) cobrando explicações de Andrei. O pedido foi enviado após vir à tona que os dois delegados foram afastados dos cargos que ocupavam depois que a chefia da PF mandou refazer os relatórios sobre menções a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) encontradas no celular do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master.

Entre auxiliares, o caso já é visto como a mais nova crise que o governo terá de gerenciar em meio à transição para o quarto mandato, que se inicia em janeiro. Também na terça-feira, as comissões de Segurança Pública (CSP) e de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovaram a realização de uma audiência, para ouvir Lima e Silva e Andrei Rodrigues sobre o afastamento dos investigadores. Os dois delegados também foram convidados a participar da audiência.

Lula, entretanto, está em viagem internacional até a semana que vem. Auxiliares não confirmaram se ele foi informado sobre o caso, mas dizem que só deverá começar a falar em um eventual novo nome para o comando da Polícia Federal após a criação do Ministério da Segurança Pública, cujo ministro ainda não foi escolhido. Na configuração que está sendo desenhada pelo Planalto, a PF ficará sob o guardachuva da pasta.

Indicado por Lula para comandar a PF após cuidar pessoalmente da segurança do então candidato à Presidência na eleição de 2022, Andrei sempre manteve proximidade com o presidente, chegando a despachar diretamente com ele em várias ocasiões sem passar pelo ministro da Justiça. A situação começou a mudar, porém, em meio a polêmicas ocorridas no período eleitoral.

Uma delas foi o envio, no começo de setembro, ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, de relatórios de inteligência produzidos pela PF que levantavam questionamentos sobre a atuação do ministro André Mendonça nos casos Master e **INSS**. O mal-estar foi gerado pelo fato de que os relatórios eram apócrifos e continham análises e especulações subjetivas de cenários, além de conterem um aviso reforçando que não poderiam servir como prova.

Em resposta, Mendonça, em decisão inédita, determinou o afastamento de Andrei Rodrigues e de Leandro Almada, diretor de Inteligência da PF, e os acusou de espionagem. O diretor-geral, por sua vez, recorreu ao ministro Flávio Dino, e ambos foram reintegrados aos cargos em seguida.

No episódio que culminou na atual crise envolvendo a corporação, Andrei afastou da coordenação de combate à corrupção os dois delegados que vinham atuando em investigações da PF em andamento no STF, incluindo os casos Master e **INSS**. Como mostrou o Valor , já havia um mal-estar da chefia da corporação com a forma como os dois conduziam alguns casos e o estopim foi exatamente a produção dos relatórios sobre ministros do STF citados em conversas encontradas no celular de Vorcaro.

Para a chefia da corporação, os documentos produzidos não teriam seguido as diretrizes do STF de apresentar materiais descritivos, sem juízo de valor ou análises que pudessem ser interpretadas como atos de investigação. Diante disso, a chefia da PF

determinou que os relatórios fossem refeitos e afastou os dois delegados, causando um mal-estar dentro da categoria, que levou o próprio Andrei a deixar a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), da qual era filiado há 24 anos.

O incômodo de Lula é de antes desse episódio. Após os vazamentos das investigações envolvendo seu filho Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, e seu ex-chefe de gabinete Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, o presidente passou a questionar publicamente a Polícia Federal e mostrar insatisfação entre aliados, incluindo em reuniões em que Andrei estava presente.

Em setembro, ele ainda discutiu com o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, durante uma reunião na presença de Lula no Palácio do Planalto. Na ocasião, Messias teria insinuado que o delegado teria colocado a PF para espioná-lo, o que foi rebatido pelo diretor-geral. Ficou o dito pelo não dito, mas o episódio causou mais desgaste.

Por fim, ainda durante o primeiro turno da eleição, Andrei indicou, em entrevista, que a PF iria abrir um inquérito para investigar as suspeitas de interferência estrangeira nas eleições a partir de uma matéria do jornal britânico The Guardian, que citava o financiamento de grupos contrários ao STF pelos Estados Unidos. Dois dias depois, porém, a PF entendeu que não havia elementos, naquele momento, para se abrir um inquérito e arquivou a representação.

Segundo um integrante do governo, a mensagem de insatisfação de Lula foi passada publicamente na sabatina à TV Globo no segundo turno, quando repreendeu Andrei por ter participado de um evento promovido por Vorcaro em Londres. "Ele me deu uma explicação, não foi convincente para mim. Ele não precisava ter ido", declarou o presidente.

Uma eventual mudança não seria feita, no entanto, durante a eleição. Para aliados, uma troca em meio à crise do STF só agravaria a situação, que já não estava confortável para o presidente.

Agora, a situação deverá ser discutida ainda com o futuro ministro da Segurança Pública. A pasta, que deverá ser criada ainda neste mês, após a promulgação da proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre o tema, será responsável pelo comando da PF e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), com objetivo de integrar as operações dos entes federativos sob o guarda-chuva de um único órgão.

Lá atrás, quando a ideia da separação entre Justiça e Segurança Pública foi citada por Lula, Andrei chegou a ser um dos cotados para o novo cargo pela confiança que o presidente tinha nele - algo que hoje não é mais cogitado.

Procurada, a PF informou que não vai se manifestar. O Planalto também não comentou o assunto. Na terça-feira (10), a ADPF criticou a decisão de afastar os dois delegados e disse que considerava o episódio "especialmente grave pelo precedente que pode representar". Também afirmou que Andrei não poderia interferir no conteúdo ou determinar a reformulação de documentos, como aconteceu.

Presidente da ADPF nega divergências "ideológicas"

"Do nosso lado não há ideologia ou política partidária. Não há divergência" Edvandir Paiva

O presidente da Associação Nacional de Delegados da Polícia Federal (ADPF), Edvandir Paiva, afirmou em um grupo de WhatsApp da categoria, que não há divergências "ideológicas ou político-partidárias" com o diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, em meio à escalada da crise dentro da PF.

"Nós da ADPF não temos divergências ideológicas ou político partidárias com o ex-associado, sejam internas ou externas. Nem disputamos nada com ele", afirmou Paiva na terça-feira (10) em um grupo de conversas formado por delegados da PF que atuam em Brasília.

O diálogo ocorreu após o Valor revelar que Andrei decidiu deixar a ADPF na semana passada. Segundo interlocutores, a saída ocorreu porque, dentre outros motivos, o diretor-geral considerou que a entidade estaria tomada por um grupo de extrema direita preocupado em defender interesses do bolsonarismo.

O novo capítulo da crise reverberou no grupo de delegados no WhatsApp e Paiva decidiu se explicar. "Ao menos do nosso lado não há ideologia ou política partidária. Portanto não há como haver divergência. Nosso lado são o dos delegados da PF ", seguiu o presidente da ADPF, que afirmou ainda que a categoria jamais o teria escolhido para presidir a entidade se ele tivesse atuação partidária. A identidade dos demais delegados que participaram do diálogo será preservada.

Apesar de manifestarem preocupação com o afastamento de dois delegados que atuavam nas investigações dos casos do Banco Master e do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), alguns delegados também registraram no grupo incômodo com a forma como a ADPF tratou de alguns temas. Uma delegada chegou a afirmar que o afastamento de Andrei da chefia da PF por uma ordem de Mendonça não teria sido tratado "com a maturidade e a seriedade que merece".

"A ADPF foi uma das últimas a se manifestar, e quando finalmente o fez, tive a impressão de que a defesa do DG [diretor-geral] acabou ficando em segundo plano diante da promoção de pautas próprias da associação, quando o momento exigia uma manifestação institucional mais firme e inequívoca", afirmou a delegada.

Na época, a ADPF soltou uma nota afirmando que o afastamento de um diretor-geral da PF não deveria ser feito com base em uma decisão monocrática de um ministro do STF e que não havia nenhum inquérito ou procedimento disciplinar que justificasse a medida.

Em resposta à crítica, Paiva explicou que a entidade demorou a se posicionar porque a própria categoria estava dividida. "Não havia consenso na diretoria sobre o assunto. É preciso lembrar que houve um vazamento de relatórios ditos de inteligência. E naquele momento havia divisão entre quem não queria se manifestar, entre quem queria apoiar o afastamento por conta do vazamento dos relatórios de inteligência e quem queria apoiar o diretor."

Paiva afirmou ainda que Andrei deixou a entidade de classe "sem declinar motivo formal ou informalmente sobre suas insatisfações". Os demais delegados não rebateram a fala dele no grupo. Procurados, Paiva e a PF não se manifestaram sobre as mensagens.

Moraes reduz protagonismo, mas mantém casos de impacto

ADPF das Favelas é o processo de maior impacto político sob a relatoria de Moraes

Relator de alguns dos casos de maior repercussão nos últimos anos, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), viu parte dos processos que lhe deram mais protagonismo passar por um esvaziamento gradual. O último ato foi o arquivamento, na segunda-feira (9), do inquérito das "fake news", que estava aberto desde março de 2019.

O encerramento do inquérito enfraquece o ministro, ainda que não altere a correlação de forças no Supremo, segundo integrantes da Corte consultados pelo Valor. Apesar disso, Moraes ainda deve manter, pelo menos por algum tempo, a relatoria de processos com potencial impacto político. É o caso, por exemplo, da chamada "ADPF das Favelas", ação utilizada para determinar diversas operações no Rio de Janeiro do ano passado para cá. Moraes também é relator do caso que mira o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato derrotado na disputa à Presidência da República.

Colegas destacam a ADPF das Favelas como o processo de maior impacto político sob a relatoria de Moraes. Originalmente voltada à redução da letalidade policial no Rio, a ação passou a funcionar como uma espécie de inquérito mais amplo. Foi nela, por exemplo, que algumas investigações conduzidas pela Polícia Federal (PF) foram instauradas para tratar da atuação de organizações criminosas.

Esse é o caso da Operação Unha e Carne, que investiga a participação de agentes públicos que teriam usado uma rede de postos de combustíveis para lavagem de dinheiro. Um dos alvos foi Rodrigo Bacellar, ex-deputado e ex-presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), preso em dezembro.

Também foi deflagrada a Operação Sem Refino, que teve como alvo o ex-governador do Rio Cláudio Castro (PL) e que apura um suposto esquema de fraudes fiscais, evasão de recursos públicos e favorecimento legal ao grupo Refit.

O ministro, no entanto, mantém a relatoria do caso apenas de forma temporária. A ADPF era conduzida por Edson Fachin antes de o ministro assumir a presidência do STF. Depois, passou para Luís Roberto Barroso, que se aposentou em outubro do ano passado. Por conta de uma previsão regimental, a ação foi enviada a Moraes. O processo deve ser redistribuído ao ministro que ocupar a vaga de Barroso na Corte.

Já a investigação que tem Flávio Bolsonaro e Willer Tomaz como investigados apura suspeitas de evasão de divisas e apostas virtuais para lavar dinheiro. A empresa que permitiria o controle das operações é a Alcazar Holding, cujo registro é na Ilha da Madeira. Após os investigadores apontarem que Flávio tinha acesso de "usuário master" à conta bancária da empresa, Moraes ordenou a entrega dos passaportes comum e diplomático e restringiu seu contato com o advogado investigado.

Pouco depois da ordem, Flávio fugiu do Brasil com destino aos Estados Unidos. De lá, o senador intensificou acusações sem prova de que teria sido alvo de uma fraude eleitoral. Ele chegou a se declarar presidente eleito do Brasil, mas voltou atrás pouco depois.

Segundo ministros, o encerramento de casos de impacto, como o inquérito das "fake news", assim como a conclusão de investigações como a da trama golpista, em que o ex-presidente Jair Bolsonaro foi preso, não alteram a correlação de forças no tribunal. Isso porque Moraes segue tendo o apoio de uma ala numerosa do STF.

Alguns integrantes do Supremo afirmam que esse grupo seguirá próximo de Moraes mesmo se avançarem no Senado, a partir do ano que vem, pedidos de impeachment contra o ministro. Ele deve ser o principal alvo de senadores hostis ao Supremo.

O encerramento do inquérito das "fake news", afirmam ministros, já era aguardado. Isso porque Fachin deu uma série de sinalizações ao longo do ano de que arquivaria o caso. Outras ações que também deram protagonismo a Moraes, como as da trama golpista, avaliam integrantes do STF, tiveram um esvaziamento natural que decorreu da conclusão dos processos e da punição dos envolvidos.

Eles, por fim, lembram que novos casos são distribuídos por sorteio e que nada impede que

Moraes assuma processos rumorosos. "Isso é muito cíclico", exemplificou um ministro. Foi assim, lembram, que André Mendonça passou a conduzir as investigações de maior impacto político recente: as do Master e do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

O caso Master teve impacto até mesmo no Supremo. Foi nele, por exemplo, que vieram à tona supostas mensagens enviadas por Daniel Vorcaro, dono do banco, a um número atribuído a Moraes. O escândalo também tragou ministros como Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques.

Fachin e Gilmar Mendes pressionam Fux e Nunes Marques para destravar proposta que veta delegados em gabinetes do STF

Por Márcio Falcão, g1 e TV Globo - Brasília

Em setembro, Gilmar Mendes formalizou a proposta para vetar que policiais e militares possam atuar nos gabinetes dos ministros em cargos de comissão ou funções comissionadas. A versão formalizada pelo ministro ampliou a ideia inicial, que tratava especificamente de delegados da PF.

O caso foi enviado para uma comissão de regimento do STF, formada pelos ministros Alexandre de Moraes, Kassio Nunes Marques e Fux. Nesses dois meses, apenas Moraes se manifestou e deu aval à proposta de Gilmar.

Sem a posição de Nunes Marques e Fux, o presidente do STF enviou um ofício na segunda-feira (9) aos dois colegas pedindo a análise do caso.

O documento foi revelado pela colunista Malu Gaspar, do jornal O Globo , e o g1 também teve acesso.

A movimentação de Fachin ocorreu após uma nova conversa com Gilmar, quando a discussão sobre a proposta voltou à pauta no Supremo.

Atualmente, dois delegados da PF assessoram o ministro André Mendonça, relator de casos sensíveis na Corte, como apurações do Master, fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e Lulinha. Alexandre de Moraes conta com outros dois.

A possível saída de delegados dos gabinetes foi um dos motivos do embate entre Mendonça e o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues.

Segundo interlocutores, Mendonça identificava a tentativa de retirar delegados de seu gabinete como uma busca de interferir nas investigações em andamento.

Uma das críticas à permanência de delegados no Supremo é de que eles poderiam acabar interferindo no ritmo das investigações, sendo que cabe ao ministro do Supremo fazer a supervisão dos inquéritos.

A proposta foi formalizada ainda em meio à crise no STF provocada pelos desdobramentos do caso Master envolvendo Alexandre de Moraes, que provocaram embates com Mendonça e troca de acusações.

A crise no Supremo em torno do Master já estava instalada quando a proposta foi apresentada, em setembro.

A interlocutores, o ministro Gilmar Mendes disse que os gabinetes de ministros do STF estariam se transformando em delegacias de polícia, com decisões de investigações passando a ser tomadas pelo tribunal, e não pela Polícia Federal.

Site:
https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/11/12/fachin-e-gilmar-mendes-pressionam-fux-e-nunes-marques-para-destravar-proposta-que-veta-policiais-em-gabinetes-do-stf.ghtml

Setor de serviços perde fôlego e mantém atividade estável

Serviços profissionais e administrativos foram puxados por agenciamento de publicidade e de atividades jurídicas Rodrigo Lobo

O setor de serviços segue praticamente estável nos últimos três meses, apresenta sinais cada vez mais claros de desaceleração e também pode estar sendo afetado pela fraqueza da indústria e do comércio, avaliam economistas. Em setembro, o segmento de transportes continuou pressionado pelos custos dos combustíveis, enquanto informação e comunicação, que vinha se destacando positivamente, também deu sinais de perda de fôlego.

O volume de serviços variou -0,1% em setembro, na comparação com agosto, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada nesta quarta-feira (11), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ficou acima da mediana de 17 projeções de economistas, captadas pelo Valor Data, que apontavam queda de 0,3%.

Com o resultado, o setor está 19,8% acima do nível pré-pandemia e 0,4% abaixo do topo da série histórica, alcançado em outubro de 2025. Em relação a setembro de 2025, o volume de serviços também variou -0,1%, interrompendo uma sequência de 29 resultados positivos. A mediana do Valor Data apontava queda de -0,5%.

Stéfano Pacini, economista do FGV Ibre, avalia que, embora tenha ficado ligeiramente acima das expectativas do mercado, o resultado reforça o cenário de atividade praticamente estável. Em agosto, o volume de serviços ficou estável na comparação mensal, enquanto em junho e julho registrou crescimento de apenas 0,1%. "Veio um pouquinho acima do que é esperado. É uma continuidade do que vem acontecendo nos últimos meses. O setor de serviço vem bastante de lado", afirma Stéfano.

Ele explica que a redução da produção industrial e a perda de dinamismo do comércio podem estar se refletindo na demanda por transportes, armazenagem e outros serviços ligados à atividade produtiva. Em setembro, a produção industrial recuou 0,7%. Já o comércio avançou 0,1% em agosto, após queda de 0,8% em julho.

"Uma desaceleração na indústria e no comércio pode impactar a expectativa futura de piora no setor de serviços. A indústria já mostrou redução na produção. Isso pode significar que ela está demandando menos carga e, naturalmente, pode estar caindo também o armazenamento", disse.

Segundo a pesquisa, transportes (-0,5%) e informação e comunicação (-0,5%) foram as duas atividades que mais contribuíram negativamente. Os serviços profissionais, administrativos e complementares (0,5%) e outros serviços (1%) tiveram as únicas taxas positivas. Serviços prestados às famílias (0,0%) ficaram estáveis, após crescimento acumulado de 2,9% entre julho e agosto.

"Os avanços de serviços profissionais e administrativos foram impulsionados por ganhos vindos de agenciamento de espaços de publicidade e de atividades jurídicas, ao passo que o resultado dos outros serviços foi explicado pelo aumento de receita de empresas que atuam com serviços financeiros auxiliares e atividades imobiliárias", diz o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo.

Alexandre Maluf, economista da XP, afirma que o principal destaque negativo continua sendo o setor de transportes, que representa mais de um terço da pesquisa e registra queda de -4,1% em relação a setembro do ano passado. Ele explica que o desempenho mais fraco é explicado pelos custos elevados dos combustíveis, tanto no transporte terrestre (-0,5%) quanto no aéreo (-4,9%).

Para Mateus Pizzani, também da XP, o resultado de transportes reflete o fim do efeito sazonal associado ao escoamento das safras agrícolas, que deve voltar a contribuir em menor intensidade em outubro, em razão de uma safra menor. O movimento também é influenciado pelo desaquecimento da economia doméstica e pelos desafios **impostos** pela alta do petróleo, afirma.

Maluf destaca ainda a queda em informação e comunicação, setor que também registrou quedas em julho (-2,9%) e agosto (-0,1%). O economista afirma que o recuo em tecnologia da informação (-0,7%) e audiovisual (-2,9%) merece atenção, já que esses segmentos estavam entre os destaques da atividade econômica desde o fim da pandemia.

Sobre o setor, Pacini acredita que o ritmo de crescimento deve desacelerar, mas não espera que ele perca espaço. "Mostra essa desaceleração, essa acomodação do setor, que foi o grande destaque pós-pandemia", afirma.

Pizzani diz que, embora o segmento seja menos sensível à política monetária e às condições internas da economia, sua capacidade de crescimento passou a ser questionada após as eleições de meio de mandato nos Estados Unidos.

No campo positivo, Pacini destaca o avanço de 8,7% em outros serviços prestados às famílias, que ajudou a evitar uma queda mais acentuada no segmento, cujo volume ficou estável em setembro. Ele explica que, embora tenha participação pequena na pesquisa, o segmento é muito sensível à realização de grandes eventos, como o Rock in Rio, em setembro. "Naturalmente, quando vier o resultado de outubro, vai cair também", diz.

A XP projeta crescimento de 1,6% para o **PIB** de serviços neste ano. Para o **PIB** total, a estimativa da instituição é de alta de 1,5% em 2026 e de 0,3% em 2027.

Medidas vão na direção certa, mas são insuficientes, dizem analistas

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Para economistas, ajustes não trazem a previsibilidade de médio e longo prazos necessária para o equilíbrio do Orçamento

Da página B1 As medidas de ajuste fiscal propostas pela equipe econômica podem até ir na direção correta, mas são insuficientes e não trazem a previsibilidade de médio e longo prazos necessária para as contas públicas brasileiras, segundo analistas ouvidos pelo Estadão.

No projeto apresentado aos parlamentares, estão previstos, entre outros pontos, contingenciamento adicional de despesas, limitação de compensações tributárias, corte de benefícios fiscais e mudança no cálculo do piso dos gastos com Saúde, em um ajuste de cerca de R$ 50 bilhões (mais informações nesta página).

"Essas medidas, ainda que sejam positivas, são insuficientes. No máximo, resolvem o problema de 2027. A principal restrição para uma melhora da credibilidade do Brasil aparece quando olhamos para o médio e longo prazos", afirma João Pedro Leme, analista da consultoria Tendências.

Os investidores enxergam um risco elevado na trajetória de crescimento da dívida do Brasil, que é considerada alta para uma economia emergente como a brasileira e, por ora, não dá sinais de que vai deixar de crescer.

"MODO NEGAÇÃO". "Ter saído, aparentemente, do modo negação do enorme problema fiscal já é um avanço. Porém, as medidas cogitadas são cosméticas e insuficientes, focadas majoritariamente pelo lado da receita", afirma Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos.

Barros lembra que a limitação da compensação tributária já foi feita pelo ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad e diz que a "medida é uma apropriação indébita, dado que busca limitar, novamente, o uso do crédito tributário das empresas". "No final do dia, é equivalente a uma elevação de carga tributária, com efeitos sobre o capital de giro das empresas e a **inflação**."

Ele também diz que é preciso limitar as renúncias fiscais, mas avalia que é uma medida de entrega difícil. "Acho que o problema de fundo segue o mesmo dos últimos anos: o governo quer entregar o que está no arcabouço, mas, mesmo cumprido, o arcabouço não leva à estabilidade da dívida/**PIB**", diz Luciano Sobral, economistachefe da Neo Investimentos.

"Com o nível dos juros reais de mercado, acho que agora é menos importante anunciar medidas que melhoram em décimos de ponto porcentual do **PIB** o primário do que garantir a independência do Banco Central e criar um plano de ajuste para o mandato como um todo que, no final dos quatro anos, chegue mais perto de estabilizar a dívida", acrescenta.

DISCURSO. No domingo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso em cadeia nacional de televisão, no qual disse estar preocupado com a trajetória da dívida pública, afirmou ter compromisso com a responsabilidade fiscal e prometeu criar condições para a redução da taxa de juros.

"Ainda que esse conjunto de medidas possa ser suficiente para entregar alguma coisa perto do centro da meta, a gente ainda espera uma trajetória de alta da dívida", diz Leme. "Se a gente quisesse estabilizar a dívida no patamar em que ela vai encerrar 2026, precisaria de um superávit superior a 2,5% do **PIB**."

Para Arnaldo Lima, economista e líder de relações institucionais da Polo Capital, as medidas "caminham na direção correta". Ele diz que a discussão sobre a redução dos gastos tributários contribui para construir uma narrativa política de que o ajuste começaria pelo "andar de cima", o que poderia ajudar o governo a avançar, numa segunda etapa, "no aperfeiçoamento das regras de elegibilidade e da eficiência dos programas sociais".

"Está mais do que na hora de avançarmos para um Bolsa Família 2.0, que - assim como sua primeira versão, unificou programas como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás - poderia integrar benefícios como abono salarial, salário-família, seguro-defeso, garantia-safra e BPC, respeitadas suas especificidades e garantias legais", diz Lima.

"O objetivo seria substituir a lógica fragmentada de avaliação individual dos beneficiários por uma visão

integrada das condições de vulnerabilidade da unidade familiar, permitindo maior focalização, racionalidade e efetividade do gasto público", acrescenta.

Para entender

Proposta prevê vários pontos de ajustes

Contingenciamento adicional de despesas

O arcabouço fiscal hoje permite crescimento real (acima da **inflação**) de até 2,5% para as despesas públicas. Pelo projeto, caso o governo não atinja o centro da meta fiscal - ainda que esteja na margem de tolerância -, poderá limitar esse crescimento a 2%. Na prática, essa diferença de 0,5 ponto poderia ser contingenciada pela equipe econômica - ou seja, o montante equivalente a esses gastos poderia ser congelado no Orçamento.

Limitação de compensações tributárias

Haverá limitação do uso de compensações tributárias - mecanismo usado pelas empresas para saldar seus **tributos** por meio de créditos que possuem com a Receita.

Corte de benefícios fiscais

O projeto dobra, de 10% para 20%, o corte linear de isenções e benefícios tributários em vigor desde 2026. Ficam mantidas as exceções da lei atual, como Zona Franca de Manaus, cesta básica e Sim

ples Nacional.

Mudança no cálculo do piso da saúde

O projeto prevê ainda a alteração da metodologia de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), que serve de parâmetro para o piso da saúde. Hoje, a saúde é indexada a 15% da Receita Corrente Líquida (RCL). A equipe econômica pretende excluir dessa conta a receita obtida por meio da exportação de petróleo.

Diesel fora da meta

O projeto autoriza excluir da meta fiscal de 2026 até R$ 10,5 bilhões gastos com a subvenção ao óleo diesel.

Supersalários

O projeto dá 120 dias para o Congresso apreciar projeto que regulamenta os supersalários. Segundo Moretti, isso pode levar a uma economia de R$ 3 bilhões.

Repasses a Estados

A compensação da Lei Kandir cai de R$ 4 bilhões para R$ 1 bilhão por ano até 2030, com distribuição do saldo remanescente entre 2031 e 2037. A compensação previdenciária a Estados e municípios fica limitada a R$ 3 bilhões por ano entre 2027 e 2030, com correção anual pelo arcabouço.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Governo quer tirar da meta deste ano até R$ 10,5 bi em subsídios ao diesel

• FLÁVIA SAID e NAOMI MATSUI

O projeto de lei complementar (PLP) com medidas de ajuste fiscal para 2027, apresentado ontem pelo governo, traz um trecho que autoriza a retirada de até R$ 10,5 bilhões em subvenção a produtores e importadores de óleo diesel da meta fiscal de 2026. A medida está relacionada à política de estabilização dos preços dos combustíveis.

Na prática, o dispositivo, se aprovado pelo Congresso, permite que o governo desconsidere esses gastos do cálculo para verificar o cumprimento da meta de resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida).

A inclusão desse tema no projeto não foi mencionada pelo ministro do Planejamento, Bruno Moretti, que participou de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A prática de retirar despesas do cômputo da meta fiscal é alvo de críticas de especialistas, pois, ainda que o gasto não seja considerado para a verificação do objetivo fiscal, ele tem efeito sobre a dívida pública - que alcançou 82,9% do **PIB** em setembro.

Segundo o autor do texto, senador Jaques Wagner (PTBA), a medida tem em vista a permanência do conflito no Oriente Médio. "A proposta é relevante para proteger a população dos efeitos da guerra, estabilizando preços de combustíveis e contendo pressões inflacionárias."

PRORROGAÇÃO. No fim de outubro, o governo prorrogou a subvenção de R$ 2,12 por litro do diesel até 26 de novembro. A medida poderá ser renovada, levando em consideração o mercado internacional de combustíveis.

A subvenção econômica aos produtores e importadores de óleo diesel foi autorizada pela Medida Provisória (MP) n.º 1.391/2026 e visa reduzir o impacto da volatilidade dos preços internacionais dos combustíveis no mercado brasileiro em função da guerra.

O PLP do ajuste também limita a R$ 1 bilhão por ano, até 2030, as despesas com operações de equalização vinculadas à exportação de bens e serviços nacionais no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). O programa oferece apoio financeiro às exportações brasileiras, e a equalização busca reduzir os custos dos financiamentos concedidos aos exportadores.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Não há debate sobre mudança na política de metas, diz Galípolo

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS EDUARDO LAGUNA

Presidente do BC afirma que não existe "dentro do governo ou dentro do BC" discussão sobre alteração do regime de política monetária

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse ontem que não houve, nem no governo nem na autoridade monetária, qualquer debate sobre mudanças no arcabouço de política monetária, diante de especulações recorrentes sobre alterações no regime de metas de **inflação**. A declaração foi feita durante a abertura da 11.ª edição do Fórum de Investimentos 2027, promovido pela Bradesco Asset Management e pelo Bradesco Global Private.

De acordo com Galípolo, embora seja legítimo que a sociedade discuta propostas e críticas ao atual modelo, não existe discussão institucional em curso que envolva mudanças no sistema de metas. "Em nenhum momento houve qualquer tipo de debate sobre isso, quer fosse dentro do governo, quer dentro do Banco Central", afirmou, ao comentar que recorrentemente aparecem sugestões de alteração do arcabouço monetário.

Nas últimas semanas, o mercado reagiu de forma negativa a uma proposta feita pelo economista André Lara Resende para reduzir a taxa de juros. Este é o segundo dia seguido em que Galípolo trata do assunto. Anteontem, em evento da Associação Brasileira de Câmbio (Abracam), Galípolo disse que se deve desconfiar de quem aparece com solução simples para temas complexos.

O presidente do BC afirmou que o regime de metas é amplamente adotado no mundo e deve ser preservado. Para ele, o caminho é "copiar o que está certo no resto do mundo e evitar o que deu errado", especialmente em temas nos quais "há pouco espaço para tentar fazer experimentos".

Galípolo também afirmou que críticas ao Banco Central fazem parte do funcionamento institucional e tendem a contribuir para o debate público, desde que feitas de maneira ampla e consistente. Ele disse respeitar quem se dedica a produzir estudos e argumentos sobre política monetária, mas reforçou que, do ponto de vista do BC, o compromisso com o regime vigente permanece.

A fala ocorre em um momento em que agentes de mercado acompanham com atenção tanto a condução da política monetária quanto as discussões sobre regras e governança econômica. Galípolo indicou que, apesar do ambiente desafiador, o Banco Central segue ancorado no modelo atual, sem sinalização de mudança de mandato ou de estrutura.

INFLAÇÃO. Também durante o evento, Galípolo disse que o cenário atual da economia brasileira combina sinais de desaceleração da atividade com deterioração das expectativas de **inflação**, o que torna a condução da política monetária mais desafiadora. "Todo mundo está vislumbrando uma economia que está desacelerando e as expectativas de **inflação** indo para cima", disse.

Segundo Galípolo, essa "dissonância" não decorre de uma economia aquecida, mas da incidência de choques de oferta.

Ele afirmou que as respostas coletadas pelo BC em diferentes levantamentos indicam que os riscos de alta para a **inflação** estão associados a esses choques, que pressionam os preços ao mesmo tempo que o crescimento perde tração.

O presidente do BC também lembrou que as expectativas de **inflação** se distanciaram ainda mais da meta de 3%, o que implica a necessidade de um esforço maior de convergência.

Ele acrescentou que, em um ambiente de expectativas menos ancoradas, o trabalho do Banco Central para reconduzir a **inflação** à meta tende a exigir uma política monetária mais restritiva por mais tempo. A mensagem é compatível com o que o Copom indicou na ata ao tratar da necessidade de manter uma postura "substancialmente contracionista" diante do quadro corrente.

O presidente do BC disse também que a autoridade monetária busca conciliar o mandato central de convergência da **inflação** para a meta com a preocupação de suavizar o ciclo econômico. Galípolo observou que o efeito da política monetária depende menos da variação pontual da taxa básica de juros e mais do tempo de permanência em nível restritivo.

"É o período em que você está ali permanecendo com aquela taxa de juros que vai fazer o efeito", disse Galípolo, ao lembrar a defesa, feita pelo BC no período em que o mercado contestava a eficácia da política monetária, da manutenção dos juros em patamar contracionista por mais tempo.

O ano começou com a taxa em 15% ao ano, maior patamar em quase duas décadas. O Copom manteve esse nível em janeiro e iniciou os cortes em março. Na última reunião, a taxa foi mantida em 13,75%.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Analistas veem inflação 0,3 ponto maior com fim da 6x1, diz BC

Analistas de mercado consultados pelo Banco Central(BC) estimam que o fim da escala 6x1 acrescente 0,3 ponto percentual à **inflação** de 2027 e reduza em 0,2 ponto percentual o ritmo de crescimento econômico no mesmo ano. Os números vieram em respostas ao Questionário Pré Co pom, divulgado ontem.

A estimativa para a **inflação** de 2027 reúne 76 respostas. A mediana das projeções aponta um acréscimo de 0,3 a 0,5 ponto percentual no IPCA. Já para o Produto Interno Bruto (**PIB**), foram 52 respostas. A metade central das estimativas aponta crescimento de 0,1 a 0,3 ponto percentual menor.

Para 2028, os efeitos estimados são menores. A mediana aponta um acréscimo de 0,2 ponto percentual à **inflação**, com base em 65 respostas, e um crescimento do **PIB** 0,1 ponto percentual menor, segundo 51 respostas.

O BC também perguntou quanto desse efeito já estava nas projeções dos participantes.Entre as 68 respostas sobre a **inflação** de 2027, a mediana do impacto já incorporado foi de 0,2 ponto percentual. Para a **inflação** de 2028 e o crescimento do **PIB** nos dois anos, a mediana do impacto incorporado ficou em zero.

Promulgada pelo Congresso em outubro, a emenda que põe fim à escala de seis dias de trabalho por um de descanso garante dois dias de repouso remunerado por semana e reduz a jornada máxima sem corte de salário. O limite passa de 44 para 42 horas semanais em dezembro e cai para 40 horas em dezembro de 2027.

Segundo levantamento do Ministério do Trabalho citado pelo Senado, cer cade 14,9 milhões de trabalhadores cumprem aescala6x1,oequivalente a um terço daqueles cuja jornada foi identificada.

O BC faz o questionário antes de cada reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que decide a taxa básica de juros, a Selic. Na última, ela foi mantida em 13,75% ao ano.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Dívidas desafiam consumo das famílias em 2027

"Não vejo o consumo das famílias superando os 1,3% em 2026" João Debom

Impulsionar o consumo das famílias será um dos grandes desafios para 2027. Especialistas consultados pelo Valor afirmam que indicadores de endividamento e de inadimplência das famílias devem permanecer em patamares expressivos no começo do próximo ano. Esse contexto, combinado com um ambiente de juros ainda elevados, inibe a aceleração do consumo. Alguns não descartam ainda o impacto de uma provável demanda interna mais fraca no resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) do ano que vem.

O possível cenário de consumo em desaceleração no próximo ano já começou a ser mostrado por indicadores divulgados no mês passado. Dois índices evidenciaram menor ímpeto de demanda interna das famílias em outubro, mesmo às vésperas de datas importantes para o comércio, casos da Black Friday e do Natal.

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF), calculada pela Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC), caiu 0,8% em outubro ante setembro, para 103,6 pontos. Foi a terceira queda consecutiva, e que conduziu o índice ao menor patamar desde janeiro (103,6 pontos). Já o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da Fundação Getulio Vargas subiu 0,5 ponto em outubro, para 84,7 pontos, insuficiente para compensar cinco quedas consecutivas anteriores.

"De fato o ICF está encolhendo por três meses seguidos", disseFábio Bentes, economista-chefe da CNC. "Temos tendência de desaceleração ao longo deste segundo semestre de 2026."

Segundo Bentes, as vendas do varejo sentiram esse "encolhimento" do consumo. Dado mais recente da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra alta acumulada em 12 meses de 1,6% no volume de vendas do varejo restrito até agosto. "O comércio está crescendo 1,6% neste ano, há dois anos crescia 4%", disse, em referência ao acumulado em 12 meses até agosto.

Rodolpho Tobler, economista da FGV, concorda. "Temos visto desaceleração no consumo e a tendência é que isso não se resolva tão rápido", afirmou. "Na conta do que entra e do que sai, o orçamento das famílias vai ficando cada vez mais apertado."

Tobler recordou ainda que a renda originada do trabalho também já não cresce tanto. Ele citou a mais recente pesquisa do IBGE sobre o assunto, a Pnad Contínua, na qual o rendimento real habitual de todos os trabalhos ficou estável no trimestre encerrado em setembro ante o trimestre anterior. A renda sem reajuste também ajudou a diminuir a margem de consumo no orçamento familiar ao longo deste ano, disse.

Além disso, um provável avanço da **inflação** nos próximos meses pode diminuir espaço no orçamento familiar. Tobler fez um recorte da Sondagem do Consumidor sobre estimativas de preços. Em outubro, a parcela dos consumidores que apostava em **inflação** em alta em 12 meses, foi de 49% dos cerca de 2 mil respondentes, a maior desde julho (53,2%), segundo o pesquisador.

Para João Debom, sócio da Supernova

Investimentos, os sinais de enfraquecimento da demanda interna poderão ser percebidos nas Contas Nacionais ao término de 2026. Ele lembrou que em 2025 o consumo das famílias mapeado pelo IBGE subiu 1,3%. Foi o pior resultado anual desde 2020 (-4,6%), ano em que o consumo foi afetado pelo isolamento social imposto pela pandemia. "Não vejo o consumo das famílias superando o 1,3%" em 2026, disse. "Minha expectativa é de algo próximo de 1%, talvez um pouco abaixo."

"O ano começou bem, com o primeiro trimestre forte, puxado por renda e por mercado de trabalho ainda aquecido", disse Debom. "No segundo trimestre, porém, o consumo recuou e os dados de crédito e varejo do segundo semestre não indicam recuperação capaz de compensar essa perda. Superar o resultado de 2025 exigiria uma reaceleração no fim do ano que eu não estou vendo", afirmou.

Endividamento e inadimplência elevados das famílias, bem como juros altos no encerramento do ano, ajudam a compor esse cenário, citou o sócio da Supernova.

As estatísticas divulgadas pelo Banco Central mostram que a parcela de endividamento das famílias atingiu 50,1% da renda acumulada em 12 meses até agosto, maior patamar da série histórica do BC. A fatia de renda mensal das famílias comprometida com dívidas ficou em 29%, também recorde. No crédito com recursos livres, a fatia de inadimplência para pessoas físicas foi de 8,1%, também o maior nível da série.

Ricardo Trevisan, CEO da Gravus Capital, acha que "dificilmente" o consumo das famílias superará 1,3% neste ano. "Nossa estimativa é de alta entre 0,7% e 1% em 2026", disse. "O ponto central é que o reforço de renda deste ano, com a isenção do Imposto de Renda, o ganho real do salário mínimo e o desemprego em mínima histórica, foi em boa parte direcionado ao pagamento de dívidas e não virou consumo."

Trevisan ponderou que no próximo ano esses estímulos que ajudaram a quitar dívidas em 2026 podem até ajudar a melhorar indicadores de endividamento e de inadimplência: "Isso basta para tirar o consumo do campo negativo, mas não para gerar ciclo forte", disse. "Um ponto de atenção é o mercado de trabalho, que tende a desacelerar junto com a atividade e limita o espaço de melhora da inadimplência. Vemos estabilização ao longo de 2027, mas não uma melhora capaz de destravar o consumo", afirmou.

Trevisan projetou impacto "relevante" no **PIB** com a provável demanda mais fraca em 2027. "O consumo das famílias responde por quase dois terços do **PIB**. A economia não acelera com ele andando de lado", afirmou. "E, em 2027, os demais motores também perdem força. A agropecuária, que sustentou boa parte do crescimento recente, deve avançar pouco depois de safras recordes, e o impulso fiscal tende a ser menor depois do ano eleitoral", disse o economista, que prevê crescimento do **PIB** entre 1% e 1,3% em 2027, abaixo do 1,8% esperado para este ano.

"Vejo, sim, risco de um consumo mais fraco limitar o crescimento do **PIB** em 2027", afirmou Lucas Sigu, sócio-fundador da Ciano Investimentos. "O BC projeta expansão de 1,4% para a economia, e eu usaria esse número como referência, não como projeção própria", afirmou, acrescentando que, se o consumo decepcionar, será necessária uma compensação por investimentos ou pelo setor externo.

O provável consumo menor em 2027 também vai exigir replanejamento de empresas para o próximo ano, alertou Ricardo Ramos, fundador e CEO da Precifica, plataforma de inteligência de preços e monitoramento de mercado. "Isso não significa necessariamente paralisar investimentos ou assumir que o consumo terá um comportamento uniformemente negativo durante todo o ano. Significa trabalhar com menor dependência de uma única previsão", explicou. "As empresas precisam construir cenários diferentes de demanda, definir gatilhos para cada um deles e manter capacidade de ajustar preços, estoques, compras e promoções conforme os sinais do mercado se confirmem", concluiu.

Perspectiva de Fed mais restritivo fortalece dólar em âmbito global

A perspectiva de uma política monetária do Federal Reserve (Fed) ainda mais restritiva do que o esperado conduziu o mercado global de câmbio ontem e levou o dólar no exterior ao maior patamar desde abril de 2025, mesmo com o mercado de Treasuries fechado devido ao feriado do Dia dos Veteranos. As bolsas americanas, por sua vez, deixaram de lado as apostas sobre o grau de restrição dos juros e avançaram puxadas pelo setor de tecnologia, com a recuperação da Nvidia e a disparada da CoreWeave.

O mercado passou a esperar taxas mais restritivas após o índice de preços ao consumidor (CPI) de outubro, divulgado na terça-feira, vir acima do esperado e convergir com o cenário mais "hawkish" (propenso a juros altos) de Christopher Waller. O diretor do Fed havia dito, antes da divulgação, que caso o núcleo do indicador subisse 0,3%, uma alta de 0,50 ponto percentual nos juros deveria ser discutida na decisão de dezembro.

Após a declaração e a divulgação do CPI, o mercado adicionou mais uma alta às projeções para a política monetária no ano que vem. Agora, a expectativa de consenso aponta para três aumentos consecutivos nos juros até março, sendo que antes eram previstos apenas dois, segundo dados compilados pelo CME Group.

O índice DXY, que mede a relação do dólar frente a uma cesta de moedas fortes, subiu 0,69%, aos 102,93 pontos, no maior patamar desde abril de 2025. Em Wall Street, a recuperação do setor de tecnologia, com suporte da Nvidia e CoreWeave, contribuiu para o avanço das bolsas. O índice Dow Jones ganhou 0,49%, aos 52.486,19 pontos; o S P 500 subiu 1,31%, aos 7.619,39 pontos; e o Nasdaq teve alta de 1,60%, aos 25.466,19 pontos.

Para Jane Foley, estrategista sênior de câmbio do Rabobank, a reação do mercado ao tom mais hawkish de autoridades do Fed, sobretudo de Waller, vai além da necessidade de combate à **inflação**. Segundo ela, há uma retirada da incerteza quanto à independência do banco central americano após as eleições de meio de mandato, evidente pela ausência de ruído após as declarações de Waller.

"O mercado interpretou que o resultado das eleições indica que a questão da credibilidade do Fed tende a perder relevância ao longo do restante do mandato de Trump. Isso deve eliminar um obstáculo potencial significativo para as perspectivas do dólar."

Alguns dos principais nomes do mercado também continuaram a adicionar altas às suas previsões. Os economistas do Goldman Sachs, liderados por David Mericle, esperam mais uma restrição pelo Fed em março de 2027, além da alta prevista em dezembro. O banco espera um início mais tardio para o ciclo de flexibilização, com o começo em dezembro do ano que vem em vez de setembro, seguido por novas reduções em março, junho e setembro de 2028.

No mercado de energia, o petróleo interrompeu a tendência de queda que havia levado o preço do barril ao menor patamar desde agosto na sessão anterior, ao passo em que os investidores reavaliaram os sinais de progresso entre EUA e Irã. O Brent para entrega em janeiro subiu 1,39%, cotado a US$ 92,76, na ICE. O WTI para dezembro avançou 0,57%, cotado a US$ 86,53, na Nymex.